

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PÚBLICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

RODRIGO VELOSO PARKUTZ COSTA

**REPENSANDO POLÍTICAS PÚBLICAS EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL
NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS**

JUIZ DE FORA

2013

RODRIGO VELOSO PARKUTZ COSTA

**REPENSANDO POLÍTICAS PÚBLICAS EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL
NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: José Alcides Figueiredo Santos

JUIZ DE FORA

2013

TERMO DE APROVAÇÃO

RODRIGO VELOSO PARKUTZ COSTA

REPENSANDO POLÍTICAS PÚBLICAS EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de
Dissertação do Mestrado Profissional CAEd/ FAGED/ UFJF, aprovada em
__/__/__.

Membro da banca - Orientador(a)

Membro da banca Externa

Membro da Banca Interna

Juiz de Fora, de de 20.....

Dedico este trabalho a meus pais por toda força e incentivo para continuar sempre. A minha esposa e filho, pelo amor, compreensão e paciência nas muitas ausências nos últimos dois anos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, presença constante principalmente nos momentos de angústias e incertezas.

Ao Prof. Dr. José Alcides Figueiredo Santos pela contribuição enquanto orientador deste trabalho.

Aos Professores Fernando Tavares e Juliana Anacleto pelos valiosos comentários e orientações por ocasião do Exame de Qualificação.

Aos Professores do Curso de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da UFJF pela competência de ensino, contribuição de conhecimentos transmitidos, incentivo e apoio.

Aos Tutores Rafaela Reis Azevedo de Oliveira e Tiago Rattes de Andrade pelas orientações e contribuições valiosas durante a produção deste trabalho.

Aos demais tutores do Curso de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da UFJF pelo primoroso trabalho de acompanhamento e constante incentivo no aprimoramento profissional e acadêmico.

Aos queridos amigos e colegas da turma de 2010, por todo apoio, incentivo e muitas horas de alegrias e angústias que compartilhamos juntos ao longo do curso.

À Karyn Silva Lima, diretora do Colégio Estadual Almirante Álvaro Alberto, pelo incentivo e pela compreensão nos momentos de ausência no trabalho.

Aos amigos e colegas de trabalho do Colégio Estadual Almirante Álvaro Alberto e Escola Municipal Frei Bernardo pelo apoio e solidariedade nos momentos difíceis.

Aos profissionais entrevistados que generosamente compartilharam informações relevantes para a realização deste trabalho.

A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade.

Paulo Freire

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo fazer uma análise do programa de avaliação educacional do município de Angra dos Reis, denominado Prova Angra, quanto aos objetivos e obtenção de diagnóstico da rede pública municipal de ensino. Temos visto nos últimos anos o crescente número de programas de avaliação educacional em larga escala. Apesar da vasta publicidade que tem sido dada ao tema, principalmente quando da divulgação dos resultados da Prova Brasil/SAEB, percebemos que em muitas escolas essas avaliações ainda não cumprem parte do propósito a que foram criadas – diagnosticar e reorientar as práticas pedagógicas. No município de Angra dos Reis, essa percepção parece fazer algum sentido. Na condição de professores verificamos empiricamente que pouco ou quase nada vem sendo aproveitado das avaliações aplicadas pelo poder público municipal. Esta constatação ganha forma e força na medida em que realizamos uma série de pesquisas em três escolas públicas municipais e na secretaria de educação do município. Para a realização desta pesquisa utilizamos como metodologia de trabalho: análise documental, entrevista estruturada e pesquisa bibliográfica. A principal referência bibliográfica foi a pesquisa de Brooke e Cunha (2011). Enquanto na análise documental verificamos documentos das Secretarias de Educação dos municípios de Angra dos Reis e Belo Horizonte. Já nas entrevistas buscamos a coordenação do programa Prova Angra e do Avalia BH. Entrevistamos também diretores, professores e pedagogos da Secretaria de Educação de Angra dos Reis. No decorrer da pesquisa verificamos que o atual programa de avaliação de Angra dos Reis – Prova Angra – demonstra algumas falhas e fragilidades em seu desenho, comprometendo sua aplicação e utilização nas escolas como ferramenta de diagnóstico e monitoramento da educação pública municipal.

Palavras-chave: Avaliação Educacional – Avaliação em larga escala – Prova Angra.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the program of educational assessment in the municipality of Angra dos Reis, called Prova Angra, about goals and obtaining diagnostic municipal public schools. We have seen in recent years a growing number of educational assessment programs on a large scale. Despite the wide publicity that has been given to this issue, especially when disclosure of the results of Prova Brazil / SAEB, we realize that many schools do not meet these assessments still part of the purpose they were created - diagnose and redirect teaching practices. In the city of Angra dos Reis, this perception seems to make some sense. Provided teachers found empirically that little or nothing has been tapped rating applied by the municipal government. This finding takes shape and strength in that we conducted a series of surveys in three public schools and the county office of education. For this research we used as working methods: document analysis, structured interviews and literature. The main bibliographic search was Brooke and Cunha (2011). While we found documents in document analysis Departments of Education of the cities of Angra dos Reis and Belo Horizonte. Already in interviews seek to coordinate the program and evaluates Prova Angra and Avalia BH. We also interviewed principals, teachers and educators of the Education Department of Angra dos Reis. During the research found that the current assessment program Angra dos Reis - Prova Angra - shows some flaws and weaknesses in program design, hindering their application and use in schools as a tool for diagnosis and monitoring of municipal public education.

Keywords: Educational Assessment - Assessing large scale – Prova Angra

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade no município de Angra dos Reis/RJ - 2010.....	17
Figura 2 – Ano de Implantação dos Sistemas de avaliação nos países da América Latina.....	41
Figura 3 – Estados com Sistemas de Avaliação Educacional.....	46
Figura 4 – Esquema dos programas envolvidos no Avalia BH.....	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Prova Angra e Avalia BH – Desenho.....	59
Quadro 2 – Prova Angra e Avalia BH – Implementação.....	61
Quadro 3 – Prova Angra e Avalia BH – Monitoramento.....	64
Quadro 4 – Ações do SAEMAR.....	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pessoas em idade escolar por faixa etária e frequentando escolas/creches em Angra dos Reis.....	19
Tabela 2 - Taxas de aprovação, abandono, reprovação e distorção idade-série no Ensino Fundamental Anos Iniciais.....	20
Tabela 3 - Taxas de aprovação, abandono, reprovação e distorção idade-série no Ensino Fundamental Anos Finais.....	21
Tabela 4 – Porcentagem de alunos com desempenho considerado adequado na Prova Brasil segundo escala do SAEB	24
Tabela 5 – Desempenho considerado adequado na Prova Brasil segundo escala do SAEB – 2009	25
Tabela 6 – Resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – edição de 2011.....	27
Tabela 7 – Totais de escolas, alunos e turmas que participaram das duas edições do Prova Angra – 2010 e 2011.....	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANEB** – Avaliação Nacional da Educação Básica
- ANRESC** – Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
- CAED** – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
- CEPAL** – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
- CESGRANRIO** - Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio
- CESPE** - Centro de Seleção e Promoção de Eventos
- EDURURAL** – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino no Meio Rural do Nordeste Brasileiro
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- FUNDEF** – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
- IDEB** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC** – Ministério da Educação
- NUGA** – Núcleo de Gestão e Avaliação
- PAIC** – Programa Alfabetização na Idade Certa
- PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PROALFA** – Programa de Avaliação da Alfabetização
- RME-BH** – Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte
- SAEB** – Sistema de Avaliação da Educação Básica
- SAEP** – Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau
- SECT** – Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia
- SEE-MG** – Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais
- SENEB** – Secretaria Nacional de Educação Básica
- SAEMAR** - Sistema de Avaliação Educacional do município de Angra dos Reis
- SIMAVE** – Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública
- SPAECE** – Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
- UERJ** – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- UNESCO** – Organização das Nações Unidas Para a Educação, Ciência e Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

Introdução.....	14
1 Descrevendo o caso de gestão – O programa de avaliação educacional Prova Angra.....	16
1.1 Breve descrição do município de Angra dos Reis	16
1.2 Análise de alguns indicadores educacionais do município de Angra dos Reis.....	19
1.2 Programa “Prova Angra”	27
2 Em busca de um novo desenho para o programa de avaliação educacional para o município de Angra dos Reis	38
2.1 Sobre a necessidade de criação e manutenção dos sistemas de avaliação das redes públicas de ensino.....	38
2.2 Usos das avaliações sistêmicas nos municípios de Belo Horizonte e Angra dos Reis.....	53
3 Plano de Ação Educacional – Por um novo modelo de avaliação educacional no município de Angra dos Reis	68
3.1 Retomando o Prova Angra.....	68
3.2 Proposta de criação do Sistema de Avaliação da Educação do município de Angra dos Reis - SAEMAR.....	69
3.3 Considerações Finais.....	77
REFERÊNCIAS.....	79
ANEXOS.....	83

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, temos visto surgir no Brasil uma série de programas de avaliação educacional com variados desenhos e finalidades. Não por acaso começaram a surgir de forma mais frequente programas subnacionais de avaliação após a criação do SAEB e posteriormente a implementação da Prova Brasil. Neste contexto, estados e municípios vêm implementando e aprimorando sistemas de avaliação de suas redes. Este é o caso também do município de Angra dos Reis – objeto de pesquisa deste trabalho.

Assim, esta dissertação tem como objetivo fazer uma análise do programa de avaliação educacional do município de Angra dos Reis, denominado Prova Angra, quanto aos objetivos e obtenção de diagnóstico da rede pública municipal de ensino.

No decorrer da nossa pesquisa foram sendo melhor delineados os objetivos específicos que ajudaram a estruturar esta dissertação, a saber: apresentar um estudo sobre a rede de ensino de Angra dos Reis; descrever o programa de avaliação das escolas municipais denominado Prova Angra – com ênfase no seu desenho, implementação e monitoramento; comparar o Prova Angra com o programa de avaliação educacional do município de Belo Horizonte, que aparenta obter mais êxito no seu desenho, implementação e monitoramento; propor a substituição do Prova Angra por outro programa de avaliação.

Na condição de professores verificamos empiricamente que pouco ou quase nada vem sendo aproveitado das avaliações educacionais aplicadas pelo poder público municipal – em Angra dos Reis. Esta constatação ganha forma e força na medida em que realizamos uma série de pesquisas *in loco* em três escolas públicas municipais e na secretaria de educação do município para atender as demandas deste trabalho.

Durante o processo de escrita utilizamos como metodologia de trabalho: análise documental, entrevista estruturada e pesquisa bibliográfica. As principais referências bibliográficas foram as pesquisas de Brooke e Cunha (2011). Enquanto na análise documental verificamos documentos das

Secretarias de Educação dos municípios de Angra dos Reis e Belo Horizonte. Nas entrevistas buscamos a coordenação do programa Prova Angra e do Avalia BH. Entrevistamos também diretores, professores e pedagogos da Secretaria de Educação de Angra dos Reis.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo apresentaremos alguns indicadores educacionais do município de Angra dos Reis com intuito de proporcionar ao leitor uma visão mais ampla sobre a situação educacional do município – com foco sempre nas escolas públicas municipais. Apresentaremos também o caso de gestão que é objeto de pesquisa deste trabalho – o atual programa de avaliação educacional do município de Angra dos Reis, o Prova Angra.

No segundo capítulo abordaremos a utilização das avaliações sistêmicas nas redes públicas de ensino. Retomaremos a análise do programa Prova Angra realizando análise e comparação com o programa Avalia BH no que se refere ao desenho, implementação e monitoramento dos dois programas.

No terceiro capítulo abordaremos de forma mais específica a substituição do atual programa de avaliação de Angra dos Reis – Prova Angra – por um novo programa de avaliação, tendo em vista o quadro já delineado nos dois primeiros capítulos. Assim apresentaremos a proposta de um Plano de Ação Educacional com vistas a superação das fragilidades identificadas no atual programa. Por fim concluiremos com as considerações finais.

1. DESCREVENDO O CASO DE GESTÃO – O PROGRAMA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL PROVA ANGRA

Neste primeiro capítulo nos dedicaremos a descrever o caso de gestão que é objeto de pesquisa deste trabalho – o atual programa de avaliação educacional do município de Angra dos Reis, o Prova Angra. No decorrer deste capítulo serão apresentados alguns indicadores educacionais do município de Angra dos Reis com intuito de proporcionar ao leitor uma visão mais ampla sobre a situação educacional do município – com foco sempre nas escolas públicas municipais.

Este capítulo está dividido em três seções. A primeira seção situará o município no contexto do estado do Rio de Janeiro. A segunda seção apresentará os indicadores educacionais do município de Angra dos Reis. A terceira seção apresentará o programa “Prova Angra”, implementado pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia – SECT. O programa será apresentado partindo de pesquisa de campo realizada através de questionário e entrevista com uma das coordenadoras do Prova Angra. Também foram realizadas entrevistas com diretores, professores e orientadores pedagógicos em três escolas municipais que participaram do Prova Angra.

Cumprido informar que foram utilizados como recursos metodológicos durante a pesquisa: análise de documentos expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia; análise dos indicadores educacionais do município de Angra dos Reis obtidos do site do INEP e do site Todos pela Educação; entrevista e questionário aplicados a uma das coordenadoras do programa Prova Angra e pesquisa bibliográfica.

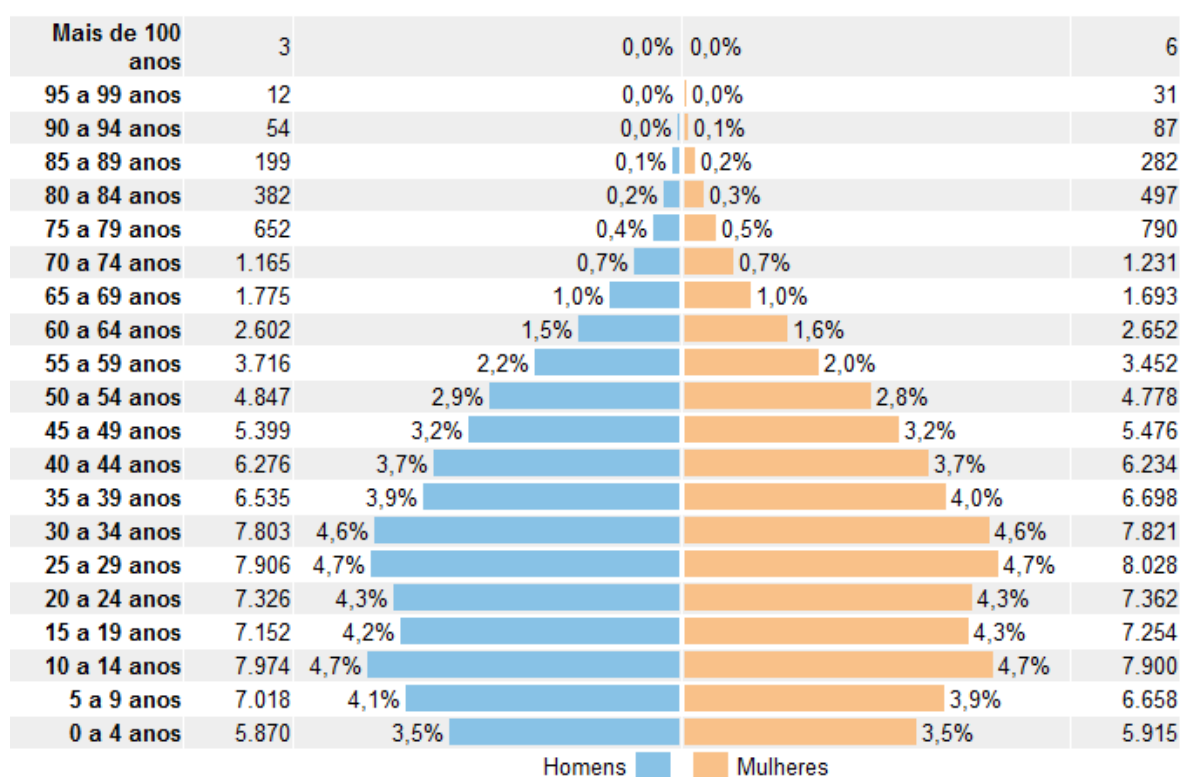
1.1 – Breve apresentação do município de Angra dos Reis

Angra dos Reis está situada no litoral fluminense, na região da Costa Verde, estado do Rio de Janeiro, entre os municípios de Mangaratiba (RJ), Paraty (RJ), Rio Claro (RJ), Bananal (SP), Cunha (SP) e São José do Barreiro (SP). O município é conhecido por sua beleza natural – principalmente pelas praias e ilhas. Possui entre as principais atividades econômicas: atividade

industrial voltada para o setor naval, produção de energia – através das duas usinas nucleares em funcionamento e a terceira em fase de construção – e atividades voltadas ao serviço de turismo e hospedagem.

Segundo dados do IBGE¹ o município possui uma área de 825 Km², com 169.511 habitantes. A seguir, na figura 1, podemos ver a distribuição da população por sexo e grupos etários.

Figura 1 – Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade no município de Angra dos Reis/RJ - 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Observando a Figura 1, podemos constatar que o grupo etário entre 20 e 39 anos representa 35,1% da população, seguido pelo grupo entre 0 e 19 anos com 32,9%. Este último grupo etário será analisado com mais atenção, na próxima seção, pois representa o foco principal das políticas educacionais do município.

¹ O endereço do site consta nas Referências.

De acordo com estudo sócio-demográfico, realizado por Santos (2007), verificamos que a população do município sofreu grande modificação a partir de 1940. Segundo o autor,

Até 1940 a população de Angra dos Reis se manteve praticamente estável com aproximadamente 18,5 mil habitantes sendo 63% destes vivendo na área rural. Atividades como a pesca, a caça e o extrativismo vegetal, como a banana, eram atividades preponderantes em toda a região (SANTOS, 2007, p. 5).

Ainda segundo o autor, esta mudança se deve ao início da construção de um grande estaleiro, seguida das construções do Terminal Petrolífero da Ilha Grande, das Usinas Nucleares e da rodovia BR-101. Estas obras mudaram não só perfil econômico do município, como trouxeram um número expressivo de trabalhadores que acabariam, nas décadas seguintes, se estabelecendo no município. Ao observarmos a população em 1940 (18,5 mil) e em 2010 (169,5 mil) verificamos que em 70 anos a população aumentou nove vezes. Tomando por base o censo de 2000 (Angra dos Reis contava com cerca de 119 mil habitantes) o município cresceu, em dez anos, 42% - um aumento significativo.

É importante notar que em 1940, 63% da população viviam em área rural. Atualmente, de acordo com o censo 2010, verificamos que 6.221 pessoas vivem em área rural. Se levarmos em conta o total de habitantes em 2010 (169.511 pessoas) constatamos que apenas 3,7% da população residente está vivendo em área rural. Acreditamos que esta mudança de perfil da população residente no município está fortemente ligada ao impacto gerado pelos empreendimentos já citados neste trabalho.

Outro pesquisador, Paulo Antônio Viana de Souza, analisando a estrutura demográfica de Angra dos Reis, constata que a construção da rodovia BR-101, possibilitou grande fluxo de turistas e consolidou o processo de ocupação e especulação imobiliária na região. Segundo o autor, este processo deu início a uma série de conflitos pela posse de terra, tendo em vista que os empreendimentos imobiliários – construção de hotéis e condomínios de luxo – demandam grandes extensões de terra. Assim, segundo o autor,

Angra dos Reis não é um paraíso verde, cercado por vegetação de Mata Atlântica e de uma beleza exuberante, rodeado de mansões e condomínios de luxo como querem nos deixar mostrar a mídia e os meios de comunicação em geral. Mas, na realidade, este município é o resultado do desenvolvimento desigual e combinado do espaço, acarretando diversos conflitos sociais em diferentes escalas, muito diferente daquele imaginário que temos (SOUZA, 2003).

A citação acima, nos traz uma nova ideia sobre o município, retirando a visão reducionista – de mera estância ou balneário turístico – ampliando a visão sobre os problemas e demandas estruturais que Angra dos Reis vem enfrentando nas últimas décadas.

1.2 – Análise de indicadores educacionais do município de Angra dos Reis

De acordo com os dados obtidos no site do IBGE, Angra dos Reis apresentava em 2010, 50.036 pessoas em idade escolar, entendendo idade escolar entre 0 e 17 anos, nas modalidades: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Para melhor visualização dos dados, apresentamos a tabela 1.

Tabela 1 – Pessoas em idade escolar por faixa etária e frequentando escolas/creches em Angra dos Reis no ano de 2010.

	Total de residentes	Frequentando escolas/creches
0-3 anos	9.012	2.221
4-5 anos	5.082	3.784
6 anos	2.694	2.509
7 a 14 anos	24.254	23.463
15-17 anos	8.994	7.672
Total	50.036	39.649

Fonte: Organização do autor com base nos dados do site do IBGE Cidades.

Podemos verificar que existe um grande número de crianças fora da escola/creche, principalmente entre 0 e 5 anos – de 14.094 crianças apenas

6.005 ou 42,6%, são assistidas na educação infantil. Entre 6 e 14 anos – que compreende o ensino fundamental – das 26.948 pessoas residentes, 25.972 frequentavam escolas ou creches. Assim, no ensino fundamental, 976 pessoas ou 3,6% da população entre 6 e 14 anos, estavam fora das escolas ou creches. Na faixa de idade própria ao ensino médio – entre 15 e 17 anos –, das 8.994 pessoas, 1.322 ou 14,7% estavam fora da escola.

Com base nos dados da tabela 1 podemos inferir que o município deixa de atender 21,8% das pessoas entre 0 e 17 anos, sendo a faixa etária menos assistida a de pessoas entre 0 e 5 anos. Acreditamos que esses dados são relevantes para a construção de políticas públicas que possam atender essa demanda, seja com a construção de novas escolas/creches ou com a ampliação dos espaços já existentes. É importante salientar que a demanda não assistida na faixa entre 0 a 5 anos, estará, em breve, nos bancos escolares quando da entrada no 1º ano do ensino fundamental – aos 6 anos de idade.

Quanto às taxas de distorção idade-série, abandono, aprovação e reprovação, podemos constatar que o município vem alcançando melhorias, porém ainda apresenta taxas bastante precárias tendo em vista os resultados do estado do Rio de Janeiro – conforme demonstram as Tabelas 2 e 3.

Tabela 2 - Taxas de aprovação, abandono, reprovação e distorção idade-série no Ensino Fundamental Anos Iniciais

	Distorção idade-série	Abandono	Aprovação	Reprovação
Angra dos Reis 2000	53,5 %	9,7 %	77,9 %	12,4 %
Angra dos Reis 2005	44,1 %	5,9 %	79,5 %	14,6 %
Angra dos Reis 2010	29,4 %	0,6 %	86,0 %	13,4 %
Rio de Janeiro (2010)	22,0 %	1,3 %	86,8 %	11,9 %

Fonte: Organização do autor com base nos dados do site Todos pela Educação.

Tabela 3 - Taxas de aprovação, abandono, reprovação e distorção idade-série no Ensino Fundamental Anos Finais

	Distorção idade-série	Abandono	Aprovação	Reprovação
Angra dos Reis 2000	61,8 %	13,3 %	78,2 %	8,5 %
Angra dos Reis 2005	55,6 %	11,4 %	75,7 %	12,9 %
Angra dos Reis 2010	44,5 %	4,4 %	75,0 %	20,6 %
Rio de Janeiro (2010)	35,1%	3,9 %	77,4 %	18,7 %

Fonte: Organização do autor com base nos dados do site Todos pela Educação.

É importante ressaltar que as altas taxas de reprovação tanto nos anos iniciais (13,4%) assim como nos anos finais (20,6%), podem apontar para a necessidade de criação de políticas públicas que possam reverter este quadro. Os dados também nos mostram que a melhora na taxa de abandono, principalmente nos anos finais, está se revertendo em mais reprovação. Parece que aqueles que antes abandonavam as escolas agora estão ficando, porém, não têm obtido êxito – ficando reprovados e aumentando o índice de reprovação.

É importante destacar que em 2010 a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia (SECT) de Angra dos Reis, lançou o Documento Referência oriundo do I Congresso Municipal de Avaliação. Este documento foi organizado pela SECT com o intuito de fomentar e nortear o debate sobre avaliação durante o Congresso. O documento é dividido em três partes: a primeira sistematiza as bases legais e teóricas que subsidiaram o congresso; a segunda traz textos escritos pelas equipes das escolas e creches municipais com o objetivo de contribuir para a discussão sobre avaliação; a terceira e última parte traz as orientações, da comissão gestora do Congresso, para a sua realização.

A primeira parte do Documento Referência apresenta alguns indicadores educacionais do município – com destaque para as taxas de evasão, repetência e distorção idade/ano de escolaridade. De acordo com o texto do referido documento,

[...] em 2009 registramos o maior índice de retenção dos últimos 9 anos (21,26%). O menor índice nesse período foi registrado em 2006 (15,03%). Em relação ao fluxo de escolaridade, no ano de 2009 observamos que o total de alunos concluintes do 9º corresponde a apenas 31,70% dos alunos que ingressaram no 1º ano de escolaridade [...] Outro dado que merece reflexão refere-se à distorção idade/ano de escolaridade. O percentual de educandos acima da idade ideal varia de 19,84% (1º Ano) a 52,06% (6º Ano). Vale ressaltar que, em 2009, o 6º foi o ano de escolaridade que possuía mais educandos com o maior número de retenções acumuladas (58,52%), segundo o banco de dados da SECT. Entre estes, 32,78% já foram retidos mais de uma vez. Ao chegar ao 9º Ano, 43,68% dos nossos educandos já foi retido, pelo menos, uma vez durante sua vida escolar (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ANGRA DOS REIS, 2010, p. 17-19).

Com base nos dados publicados pela SECT, podemos perceber que existe um grave problema de fluxo no decorrer de todo ensino fundamental – beira ao absurdo uma rede reprovar quase a metade de todos os alunos matriculados, ainda que esta reprovação ocorra durante os anos de permanência dos alunos na rede pública municipal. O quadro que se apresenta é assustador.

Sobre os elevados índices de reprovação, temos pesquisas que demonstram que esta “prática” pode gerar maior ineficiência para os sistemas educacionais e que alertam para uma possível cultura da reprovação nas escolas brasileiras. Sobre este aspecto o pesquisador Sérgio Costa Ribeiro, em seu artigo *A Pedagogia da Repetência* (1991), já nos alertava sobre os altos índices de repetência, principalmente no 1º ano do ensino fundamental. O autor ressalta que:

As análises antropológicas até hoje realizadas mostram claramente na cultura do sistema a imputação do fracasso escolar, ora aos próprios alunos, ora a seus pais, ora ao sistema sociopolítico, raramente aos professores, sua formação ou à organização escolar. Parece que a prática da repetência está contida na pedagogia do sistema como um todo. É como se fizesse parte integral da pedagogia, aceita por todos os agentes do processo de forma *natural* (RIBEIRO, 1991, p. 17).

Ou seja, o autor imputa parte do fracasso da escola à organização escolar e aos professores. Na medida em que os mesmos parecem não se

responsabilizarem pelo fracasso dos alunos. No município de Angra dos Reis parece que ainda estamos vivenciando esse modelo. Porém, acreditamos que a melhoria dos indicadores educacionais não é uma “mera” questão de aprovação ou reprovação. É sabido que outros fatores estão envolvidos na questão da melhoria da qualidade da educação pública.

Ainda sobre as conseqüências da “pedagogia da repetência” e o aparente descaso da sociedade com o massacre produzido pela escola, o autor, ressalta:

Falta na sociedade, de um modo geral, a preocupação com a qualidade da educação recebida. O único (e último) momento em que se tenta fazer uma avaliação do domínio cognitivo dos alunos é por ocasião do vestibular e aí se constata o seu baixo desempenho. É bom lembrar, entretanto, que ao vestibular concorrem apenas 15% de uma geração, nada se sabe sobre os 85% restantes (RIBEIRO, 1991, p. 19).

Cabe ressaltar que no momento histórico em que o autor desenvolveu e publicou seu estudo, ainda não havia sido constituído o Sistema de Avaliação da Educação Básica como conhecemos hoje. Atualmente, vivemos um momento histórico em que a sociedade começa a perceber a necessidade de avaliar e exigir melhorias na qualidade da educação pública. Sobre esta nova perspectiva em avaliação educacional podemos citar como exemplo de avaliação dos sistemas de ensino o SAEB/Prova Brasil.

Quanto ao desempenho dos estudantes (tabela 4), a partir dos resultados da Prova Brasil, podemos constatar melhoras no desempenho, principalmente em Matemática para 4^a/5^o EF. Quanto aos anos finais, apesar do avanço em Língua Portuguesa, os resultados em Matemática ainda são preocupantes.

Tabela 4 – Porcentagem de alunos com desempenho considerado adequado na Prova Brasil segundo escala do SAEB²

	4 ^a /5 ^o EF – Port.	4 ^a /5 ^o EF – Mat.	8 ^a /9 ^o EF – Port.	8 ^a /9 ^o EF – Mat.
Angra dos Reis (2005)	29,6 %	15,1 %	16,9 %	8,2 %
Angra dos Reis (2007)	33,5 %	30,1 %	13,0 %	5,1 %
Angra dos Reis (2009)	39,4%	33,2%	22,0%	7,1%
Rio de Janeiro (2005)	34,1%	23,0%	23,7%	14,6%
Rio de Janeiro (2007)	33,5%	27,5%	23,3%	15,0%
Rio de Janeiro (2009)	40,0%	36,2%	32,6%	19,0%

Fonte: Organização do autor com base nos dados do site Todos pela Educação.

De acordo com os dados da tabela 4 podemos observar que os resultados do município de Angra dos Reis ainda são precários, especialmente no que se refere aos anos finais. Ainda mais ao compararmos com os resultados do estado do Rio de Janeiro. Em Matemática, Angra dos Reis apresenta em 2009, para 4^a/5^o EF, 33,2% dos alunos com desempenho adequado, enquanto no estado do Rio de Janeiro a taxa é de 36,2% - uma diferença de 3 pontos percentuais. Ao observarmos os resultados do grupo de alunos de 8^a/9^o EF, ainda em Matemática a diferença chega a 11,9 pontos percentuais. Ao compararmos os resultados em Língua Portuguesa a distância entre os resultados de Angra dos Reis e Rio de Janeiro ficam menores – principalmente no grupo de 4^a/5^o EF – 39,4% e 40%, respectivamente. No grupo de 8^a/9^o EF – 22% e 32,6%, com uma diferença de 10,6 pontos percentuais.

Assim, os dados apresentados na tabela 4 evidenciam que ao término do ensino fundamental, 78% dos alunos apresentam resultados abaixo do esperado em Língua Portuguesa. Em Matemática a porcentagem chega a espantosos 92,9% de alunos abaixo do resultado considerado adequado.

² Cabe ressaltar que a partir da pontuação na Prova Brasil, os alunos podem ser distribuídos em diferentes níveis de proficiência. O movimento Todos Pela Educação, com base na Escala de Desempenho do SAEB (no anexo 2, deste trabalho, constam as escalas para Língua Portuguesa e Matemática) definiu como adequado, as seguintes pontuações mínimas:

Para 4^a série/5^o Ano EF – Língua Portuguesa: acima de 200 pontos; Matemática: acima de 225 pontos.

Para 8^a série/9^o Ano EF – Língua Portuguesa: acima de 275 pontos; Matemática: acima de 300 pontos.

Ao compararmos os resultados do desempenho dos alunos do município de Angra dos Reis com os resultados do estado do Rio de Janeiro, existe um risco de comparar realidades muito distintas. Assim, para evidenciar que o município de Angra dos Reis ainda passa por uma situação de precariedade quanto ao desempenho em avaliações externas, trazemos os resultados de dois municípios da mesma mesorregião – Barra Mansa e Volta Redonda –, que se aproximam mais de Angra dos Reis, em termos de indicadores socioeconômicos. Na tabela 5, podemos visualizar o desempenho dos três municípios.

Tabela 5 – Desempenho considerado adequado na Prova Brasil segundo escala do SAEB – 2009

	Angra dos Reis	Barra Mansa	Volta Redonda
4 ^a /5 ^o EF – Port.	39,4%	44,1%	50,4%
4 ^a /5 ^o EF – Mat.	33,2%	39,7%	49,3%
8 ^a /9 ^o EF – Port.	22,0%	34,7%	33,0%
8 ^a /9 ^o EF – Mat.	7,1%	17,2%	20,4%

Fonte: Organização do autor com base nos dados do site Todos pela Educação.

Neste contexto, os resultados de Angra dos Reis, aparentam maior precariedade, principalmente ao compararmos com os resultados do município de Volta Redonda. Para o grupo de 4^a/5^o EF, em Língua Portuguesa temos uma diferença de 11 pontos percentuais; em Matemática 16,1 pontos percentuais. Para o grupo de 8^a/9^o EF, em Língua Portuguesa a diferença também é de 11 pontos percentuais; em Matemática 13,3 pontos. Ao compararmos com o município de Barra Mansa, a diferença também é grande. Assim, podemos considerar que os resultados de Angra dos Reis apresentam maior precariedade ao compararmos com municípios da mesma região, o que pode evidenciar a necessidade de criação de políticas que visem à melhoria desses indicadores. Cabe destacar que esta é apenas uma hipótese pautada nos resultados apresentados.

Ainda levando em consideração os resultados da Prova Brasil, que é aplicada a cada dois anos, associados aos dados do fluxo escolar, fornecidos

pelos censos escolares, temos a construção do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Segundo o site do INEP/MEC,

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do Inep e em taxas de aprovação. Assim, para que o Ideb de uma escola ou rede cresça é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula.

Para que pais e responsáveis acompanhem o desempenho da escola de seus filhos, basta verificar o Ideb da instituição, que é apresentado numa escala de zero a dez. Da mesma forma, gestores acompanham o trabalho das secretarias municipais e estaduais pela melhoria da educação.

O índice é medido a cada dois anos e o objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, tenha nota 6 em 2022 – correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos (INEP/MEC³, 2013).

Atualmente o IDEB tem recebido grande atenção por parte da mídia. É recorrente assistir em telejornais ou ler na mídia escrita referências ao IDEB quando se trata de qualidade em educação no país. De certa forma o IDEB vem sendo reconhecido como parâmetro de qualidade no ensino das escolas e redes públicas de ensino no Brasil. Abaixo apresentamos a tabela 6 com os resultados do IDEB de Angra do Reis e dos municípios de Barra Mansa e Volta Redonda. De forma análoga à tabela 5, objetivamos comparar os resultados dos municípios da mesma mesorregião com características parecidas.

³ O endereço eletrônico do site está nas Referências.

Tabela 6 – Resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – edição de 2011

	EF – Anos Iniciais	EF – Anos Finais
Angra dos Reis	5,1	3,6
Barra Mansa	5,1	3,9
Volta Redonda	5,3	4,1
Rio de Janeiro (Estado)	5,1	4,2

Fonte: Organização do autor com base nos dados do site Todos pela Educação.

De acordo com os dados da tabela 6, podemos verificar que nos anos iniciais do ensino fundamental os municípios de Angra dos Reis e Barra Mansa apresentam o mesmo valor da média do estado do Rio de Janeiro – 5,1. O município de Volta Redonda, mais uma vez, apresenta resultado superior com 5,3. Nos anos finais do ensino fundamental Angra dos Reis apresenta nota 3,6, enquanto Barra Mansa e Volta Redonda, apresentam respectivamente 3,9 e 4,1. Valores ainda abaixo da média do estado do Rio de Janeiro – 4,2.

Tendo em vista os dados até aqui apresentados, constatamos que os indicadores educacionais, do município de Angra dos Reis, apresentam resultados precários principalmente no desempenho nas avaliações em larga escala e no fluxo (taxas de aprovação, reprovação e abandono).

1.3 - Programa “Prova Angra”

Como tentativa de melhorar os resultados nas avaliações externas, principalmente na Prova Brasil, a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia (SECT) criou em 2010 o programa “Prova Angra”. Com aplicação de provas de Língua Portuguesa e Matemática para todos os estudantes do 4º e 8º anos do ensino fundamental.

Para realização da análise do programa foram consideradas as respostas ao Questionário 1 (Anexo 1), uma entrevista concedida na sede da

SECT, ambas com uma das coordenadoras do programa⁴. As respostas ao questionário foram encaminhadas no dia sete de novembro de 2011 e a entrevista foi realizada no dia cinco de dezembro de 2011. Também foram realizadas entrevistas em três escolas municipais que participaram de todas as edições do programa. Os nomes das escolas e profissionais entrevistados não serão revelados. As escolas que participaram das entrevistas estão localizadas em distritos diferentes do município. Para escolha das escolas utilizamos como critério⁵ a quantidade de alunos matriculados – as três escolas têm entre 1.100 e 1.500 alunos. No Anexo 2 consta o roteiro para a entrevista nas escolas.

Os objetivos de realizar esta pesquisa com a coordenadora e nas três escolas que participaram do programa foram: 1-identificar os objetivos, metodologia e abrangência do programa; 2-sistematizar as informações recolhidas; 3-inferir os pontos positivos e negativos do atual modelo de avaliação.

Segundo relato de uma das coordenadoras do programa obtido em pesquisa, identificamos que não existe sequer um projeto onde estejam definidas as diretrizes do programa. Tão pouco havia sido realizada, até a data da entrevista, uma avaliação do programa pela equipe de coordenação do mesmo.

Uma das dificuldades para analisar o Prova Angra é a falta de dados sistematizados pela equipe que coordena o programa. Ficou evidente que não existe, ainda, uma estrutura formal que contemple os objetivos, referencial teórico, metodologia, avaliação e outros elementos que configurem o programa como um projeto.

Podemos inferir que esta falta de estrutura pode comprometer a validade e continuação do programa em suas próximas edições.

⁴ Cabe ressaltar que atendendo ao pedido da coordenadora do programa, sua identidade não será revelada.

⁵ Infelizmente não conseguimos informações, na SECT, sobre os resultados das escolas. Assim, não foi possível utilizar como critério de escolha para a pesquisa nas escolas, os resultados obtidos. Cabe ressaltar que nossa intenção inicial era fazer a pesquisa em escolas de alto e baixo rendimento no programa Prova Angra.

Segundo o relato de uma das coordenadoras do Prova Angra obtido em pesquisa⁶ as avaliações foram elaboradas a partir das Matrizes de Referência da Prova Brasil, edição de 2009, além de outros materiais que apresentavam questões com as mesmas características (comparando com as questões da Prova Brasil).

Na edição de 2010 foram avaliados os alunos das turmas de 4º e 8º anos, em 2011 foram avaliados os alunos apenas das turmas de 5º e 9º anos. Já em 2012 foram avaliados os alunos das turmas de 4º e 8º anos e em 2013 serão avaliados os alunos das turmas de 5º e 9º anos. Parece existir uma tentativa de acompanhamento dos alunos que serão avaliados pela Prova Brasil. Lembrando que a Prova Brasil é aplicada a cada dois anos, a modificação dos anos avaliados coincide com os anos de aplicação da Prova Brasil (2011 e 2013). Cabe ressaltar que todas as escolas que possuem 4º, 5º, 8º e 9º anos regulares são avaliadas pelo Prova Angra, a adesão não é voluntária.

Segundo dados disponibilizados pela SECT, e apresentados na tabela 7, a quantidade de escolas, turmas, alunos e os anos avaliados são:

Tabela 7 – Totais de escolas, alunos e turmas que participaram das duas edições do Prova Angra – 2010 e 2011⁷.

	2010		2011	
	4º ano	8º ano	5º ano	9º ano
Escolas	52	15	53	15
Alunos	2278	950	2454	850
Turmas	109	44	107	32

Fonte: SECT, Angra dos Reis, 2011.

⁶ Obtido através de respostas ao Questionário 1, no dia 7 de novembro de 2011. As perguntas deste questionário estão no Anexo 1.

⁷ Não tivemos acesso aos dados referentes ao ano de 2012.

De acordo com relato de uma das coordenadoras do Prova Angra obtido em pesquisa, o programa foi criado após constatarem que os resultados do município na Prova Brasil, edição de 2009, foram insatisfatórios⁸. Assim, seria necessário, segundo a coordenadora:

Planejar estratégias para melhorar a aprendizagem dos alunos em leitura e interpretação e, na resolução de problemas. Uma dessas estratégias foi a criação da Prova Angra, com base nos Descritores de Língua Portuguesa e Matemática para a realização de diagnósticos periódicos, com possibilidade de reorientação pedagógica do trabalho docente (COORDENADORA DO PROGRAMA, entrevista cedida no dia 07 de novembro de 2011).

Entre os objetivos do programa aparece a ideia de “treinar” os alunos do município para a Prova Brasil. Esta evidência fica corroborada quando observamos os objetivos do programa. Segundo respostas ao Questionário 1 (Anexo I), respondido pela equipe gestora do programa, e revisado pela subsecretária e secretária de educação do município, são objetivos do Prova Angra: 1-Fazer um diagnóstico da aprendizagem dos alunos em leitura, interpretação e resolução de problemas. 2-Conhecer o significado dos descritores, presentes em avaliações de grande escala. 3-Familiarizar os professores e alunos com o tipo de avaliação que possui especificidades usualmente não trabalhadas pelos professores. 4-Reorientar a prática pedagógica em sala de aula.

Esta constatação fica mais clara ao analisarmos a resposta da coordenadora do programa, obtida através das respostas ao questionário (Anexo 1). De acordo com a coordenadora a cada edição do programa a equipe que coordena o Prova Angra solicita que as escolas encaminhem por escrito uma avaliação da prova e do seu processo de aplicação. Assim, na edição de 2011, alguns diretores avaliaram o Prova Angra e a partir dessas

⁸ Constatamos que os resultados insatisfatórios que a coordenadora do programa menciona, são os resultados do IDEB. Em 2007 o IDEB do município de Angra dos Reis para os anos iniciais do ensino fundamental foi de 4,4; nos anos finais ficou em 3,4. Em 2009 o resultado para os anos iniciais foi de 4,3 e para os anos finais ficou em 3,0. Assim, de 2007 para 2009 o IDEB das escolas públicas da rede municipal caiu 0,1 ponto para os anos iniciais e 0,4 para os anos finais.

respostas a coordenadora do programa transcreveu alguns relatos e disponibilizou na resposta do questionário (Anexo 1). A seguir transcrevemos alguns trechos das respostas das escolas que avaliaram o programa (retiradas do Questionário 1): *“Essa avaliação serviu tanto para um diagnóstico quanto para uma preparação e treino para a Prova Brasil.”*; *“Sugerimos que seja construído um caderno de atividades com as provas já aplicadas no município, com seus respectivos gabaritos no final, para serem trabalhadas nas escolas.”*; *“É a forma da criança se habituar a diferentes tipos de avaliação.”*

A partir das respostas das escolas, a coordenadora do programa ressalta que: *“Essa avaliação sinaliza que os objetivos estão sendo atingidos, como se percebe nos depoimentos”* (COORDENADORA DO PROGRAMA, entrevista cedida no dia 07 de novembro de 2011). A questão de treinar os alunos para a Prova Brasil, também aparece de forma clara na entrevista com a orientadora de uma das escolas entrevistadas, ao citar que: *“A intenção do Prova Angra é habituar as crianças a fazerem provas no modelo da Prova Brasil”* (COORDENADORA DE ESCOLA MUNICIPAL, entrevista concedida no dia 08 de março de 2013).

Ou seja, podemos inferir que um dos principais objetivos do programa é o treino e preparação dos alunos para a realização da Prova Brasil, visto que esta é reconhecida como “termômetro” de qualidade e amplamente divulgada. Cabe ressaltar que após a divulgação dos resultados da Prova Brasil de 2009, a mídia local questionou a SECT sobre a queda que o município apresentou no IDEB, e cobrou do poder público municipal a melhoria na qualidade da educação pública oferecida.

Ao responder a pergunta, no Questionário 1, se depois de gerados os indicadores provenientes do Prova Angra foi criada alguma política ou programa de atuação para elevar os indicadores, e que descrevesse quais políticas ou programas são esses, a coordenadora do programa responde que,

Ao analisar os indicadores provenientes da Prova Angra, os professores, juntamente com os coordenadores da SECT, puderam verificar quais as habilidades que os alunos realmente desenvolveram e o que precisaria ser reformulado em suas práticas. Não foi criado, propriamente, um programa, mas a SECT planejou ações para melhorar aprendizagem dos alunos como:

- ampliação da oferta de formação continuada em Língua Portuguesa priorizando a função social da língua escrita, presente nos diferentes gêneros textuais. Em Matemática A formação foi voltada para a resolução de problemas, a partir de conceitos já construídos pelos alunos;
- fortalecimento da proposta de alfabetização com foco na aquisição da língua escrita;
- envio de banco de questões de Língua Portuguesa e Matemática às escolas. (COORDENADORA DO PROGRAMA, entrevista cedida no dia 07 de novembro de 2011).

Cumprir informar que a citação acima foi retirada do questionário (Anexo 1) no mesmo formato em que foi escrita pela coordenadora entrevistada.

Infelizmente os resultados do programa, em números, não foram concedidos pela SECT, assim, não foi possível realizar uma análise mais detalhada dos resultados. Porém, após análise das repostas do questionário é possível depreender que os resultados das avaliações que compõem o Prova Angra, não devem ter sido satisfatórios. Essa inferência fica clara ao observar que a SECT promoveu formação continuada com vistas à reorientação da prática pedagógica para os professores que teriam turmas avaliadas não só pelo Prova Angra como pela Prova Brasil.

Quanto à reorientação da prática pedagógica em sala de aula, outro objetivo delineado pelo programa, verificamos através de pesquisa⁹ nas escolas municipais (consta no Anexo 2, o roteiro das entrevistas), que as capacitações da prefeitura foram para trabalhar questões do tipo da Prova Brasil mostrando como eram as questões e como os professores poderiam trabalhar com essas questões em sala de aula. Mais uma vez, fica a impressão que o “grande objetivo” da SECT é apenas treinar os alunos, e em certa

⁹ Conforme combinado com as diretoras, orientadoras e professores das escolas que participaram desta pesquisa, os nomes das escolas e dos profissionais entrevistados não serão revelados.

medida, treinar também os professores para trabalharem com questões de múltipla escolha.

As capacitações oferecidas pela SECT aos professores, segundo relato de uma das coordenadoras do programa, obtido em pesquisa, identificamos que aconteceram *“através de cursos de formação continuada em Língua Portuguesa e Matemática para professores dos anos iniciais e, nas reuniões de coordenação pedagógica, para os anos finais”* (COORDENADORA DO PROGRAMA, entrevista cedida no dia 07 de novembro de 2011). É importante ressaltar que, de acordo com a pesquisa nas escolas, evenciamos que as capacitações oferecidas pela SECT aconteceram, de forma sistemática, apenas no início do programa. Nos dois últimos anos, 2011 e 2012, as diretoras das escolas entrevistadas deixaram claro que não foi oferecido nenhum tipo de capacitação ou mesmo orientação sobre o programa.

Nas três escolas pesquisadas, verificamos que a escola é apenas avisada, através de documentação interna da SECT, sobre as datas e anos escolares que serão avaliados. De acordo com as falas das diretoras, não existe nenhuma formação prévia, aos professores ou equipe técnico-pedagógica, sobre como será a aplicação da prova. Em uma das escolas pesquisadas, a diretora ressalta que na última edição da prova – em 2012 – somente no dia da prova, uma coordenadora do programa foi até à escola e explicou como seria a aplicação. É importante salientar que são os professores das turmas avaliadas que aplicam a prova.

Após a divulgação dos resultados verificamos, através da pesquisa nas escolas, que parece não existir nenhuma reunião ou formação para os professores ou gestores das escolas, trabalharem a prova como um diagnóstico. Uma das diretoras entrevistadas confirma que a SECT, *“apenas entrega os resultados para as escolas. Porém não existe formação para os gestores trabalharem com os resultados”* (DIRETORA DE ESCOLA MUNICIPAL, entrevista concedida no dia 08 de março de 2013).

Ainda sobre a divulgação dos resultados, verificamos durante a pesquisa nas escolas, que o formato de divulgação é feito apenas através de papel impresso. As escolas recebem uma planilha com os resultados por turma – nessa planilha constam o nome do aluno, o número das questões da prova e a marcação se o aluno acertou ou errou a questão. É gerado também um

percentual de acertos por aluno. Porém não é feita a divisão entre os resultados em matemática ou língua portuguesa. Também não há nenhuma observação sobre quais descritores foram atingidos ou não. Constatamos que o formato de divulgação não é muito claro – para a escola analisar os resultados tem que recorrer a uma prova (se ainda tiver alguma guardada) e conferir questão a questão qual descritor está sendo analisado.

Outro grave problema que a pesquisa aponta é sobre a inexistência de uma escala de desempenho, por disciplina, capaz de descrever e orientar as escolas sobre quais competências e habilidades os alunos avaliados foram capazes de demonstrar. A ausência da escala de desempenho pode gerar dificuldade de compreensão e acompanhamento dos resultados alcançados pela escola. É quase impossível verificar, de forma segura, se as escolas envolvidas no programa estão melhorando ou não a aprendizagem dos alunos sem uma escala que permita medir ou aferir o desempenho dos mesmos.

Quanto à divulgação para os alunos, a pesquisa nas escolas revela que não existe uma política clara advinda da SECT sobre como deve ser feita essa divulgação. A divulgação para os alunos tem sido feita, nas escolas pesquisadas, pelos professores regentes das turmas participantes. Em uma das escolas pesquisadas os professores apenas corrigiram as questões da prova com os alunos e deram orientações – após a prova – sobre como deveriam ter feito a marcação no cartão resposta.

Quanto à divulgação dos resultados do Prova Angra para as famílias dos alunos, as escolas pesquisadas relatam que muito pouco foi feito para que os responsáveis entendessem ou participassem do processo. Não aconteceu nenhuma reunião específica para passar os resultados para as famílias. Segundo informações dos professores de uma das escolas pesquisadas, as famílias são apenas informadas que existe o programa durante as reuniões de pais que acontecem no término dos bimestres escolares. Os professores relataram também que não foram capacitados para fazerem esse repasse.

Quanto as possíveis ações que as escolas fazem para melhorar a aprendizagem dos alunos – após a divulgação dos resultados pela SECT –, ficou claro através da pesquisa nas escolas, que não existe nenhuma orientação a SECT sobre possíveis ações para melhoria dos resultados. Constatamos, nas três escolas, que não existe acompanhamento por parte da

SECT dos alunos que apresentam baixo rendimento na Prova Angra. Nenhuma escola pesquisada tem projeto ou ação específica para melhorar a aprendizagem dos alunos a partir dos resultados do Prova Angra. Em uma das escolas pesquisadas a supervisora pedagógica disse que “*existe a resistência de alguns professores em trabalhar com os resultados da prova, por perceberem que a prova não é compatível com a realidade do aluno e da escola*” (SUPERVISORA PEDAGÓGICA DE ESCOLA MUNICIPAL, entrevista concedida no dia 11 de março de 2013). Os resultados da pesquisa de campo parecem apontar que o programa Prova Angra, ainda não é reconhecido pelos profissionais da escola como uma avaliação diagnóstica relevante no contexto das escolas pesquisadas. Essa constatação fica mais evidente ao observarmos que nenhuma das escolas entrevistadas possui avaliação formal¹⁰ sobre o programa e seus resultados no contexto da escola.

Assim, constatamos através da pesquisa que dois dos objetivos¹¹ do programa – “fazer um diagnóstico da aprendizagem dos alunos em leitura, interpretação e resolução de problemas” e “reorientar a prática pedagógica em sala de aula” – parece que não estão sendo alcançados.

Quanto aos outros dois objetivos – “conhecer o significado dos descritores, presentes em avaliações de grande escala” e “familiarizar os professores e alunos com o tipo de avaliação que possui especificidades usualmente não trabalhadas pelos professores”. O primeiro parece que foi pouco explorado, tendo em vista que durante as entrevistas com as diretoras, orientadoras e professores das escolas participantes, foram realizadas poucas capacitações e apenas durante o início do programa, em 2010. Já o último objetivo – “familiarizar” ou treinar alunos e professores – é o único que aparece com mais destaque durante toda a pesquisa de campo.

Quanto à avaliação da SECT, sobre a relevância do programa Prova Angra, obtivemos através de resposta ao Questionário 1 (Anexo 1) a seguinte resposta:

¹⁰ Cabe ressaltar que nenhuma escola entrevistada avaliou, com suas respectivas equipes pedagógicas, a importância do programa no contexto da escola.

¹¹ Os objetivos aqui apresentados foram retirados da resposta concedida ao questionário encaminhado à SECT. Consta no Anexo 1 deste trabalho as perguntas do questionário.

A Prova Angra é uma das ações de implantação de políticas voltadas para a melhoria da qualidade da educação em nosso município. Pela receptividade dos professores, a SECT avalia que a Prova Angra atingiu os objetivos propostos (COORDENADORA DO PROGRAMA, entrevista cedida no dia 07 de novembro de 2011).

Compreendemos que a variável “receptividade” não deveria ser parâmetro para avaliar o programa. Outros elementos deveriam ser considerados no momento da avaliação de um programa, por exemplo, a melhoria da proficiência dos estudantes avaliados.

Baseados nas evidências que este trabalho apresenta, podemos inferir que o desempenho dos alunos das escolas municipais do município de Angra dos Reis, não está satisfatório, e que o atual programa de avaliação da qualidade da educação pública do município, conhecido como Prova Angra, parece estar focado mais na preparação para avaliações sistêmicas externas, quando deveria de fato estar focado no acompanhamento da aprendizagem dos estudantes.

Enfim, faltam dados que comprovem a eficácia do atual modelo de avaliação no município de Angra dos Reis, e que permitam, de fato, orientar gestores, professores, alunos e demais atores envolvidos no processo educativo, em busca de uma educação pública de qualidade.

Sobre a falta de programas para o acompanhamento da qualidade da educação pública oferecida no município de Angra dos Reis, cabe ressaltar que entre os anos de 2002 a 2004, a SECT encarregou o Núcleo de Gestão e Avaliação (NUGA) da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) de avaliar as escolas públicas da rede municipal de educação. Ao término deste período foi publicado um relatório intitulado “Relatório de Avaliação do Ensino Fundamental de Angra dos Reis”. A partir deste relatório foram publicados alguns artigos – de autoria dos professores/pesquisadores da UERJ, que participaram da pesquisa. Entre estes artigos, o artigo “Avaliação do Ensino Fundamental do Município de Angra dos Reis: Pistas para a Condução de um Sistema Complexo”, de autoria dos professores Zacarias Jaegger Gama e Marly de Abreu Costa, traz

relevantes informações sobre as escolas da rede pública municipal de Angra dos Reis. De acordo com os autores,

As 'falas' dos diretores e professores evidenciam que a condução do sistema educativo de Angra dos Reis é centralizada, sem dispositivos claros de acompanhamento da realização da melhoria da qualidade, e com mais dispersão do que com esforços bem definidos no sentido de uma coerência finalista das propostas de transformação (GAMA, COSTA, 2007, p.259).

A falta de dispositivos de acompanhamento podem sugerir a necessidade de criação de um sistema capaz de monitorar a qualidade da educação oferecida pelas escolas da rede. Reconhecemos que apenas a avaliação de proficiência pode ser insuficiente dada a complexidade dos sistemas educativos – como muito bem aponta o artigo acima referenciado. Porém, a criação e manutenção de sistemas de avaliação em larga escala podem fornecer dados valiosos para a construção de políticas locais – como veremos mais adiante neste trabalho.

Acreditamos que o acompanhamento do desempenho dos estudantes poderia proporcionar não só as escolas, mas principalmente aos gestores do órgão central (SECT) indicadores capazes de orientar possíveis ações corretivas voltadas à melhoria da qualidade da educação. Incluindo medidas para correção das distorções e fragilidades apresentadas pelos indicadores educacionais já evidenciados neste trabalho. Assim, seria mais fácil ao órgão central destinar recursos técnicos e financeiros para as áreas ou escolas prioritárias.

2. EM BUSCA DE UM NOVO DESENHO PARA O PROGRAMA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

Neste capítulo vamos abordar a utilização das avaliações sistêmicas nas redes públicas de ensino. Retomaremos também a análise do programa de avaliação de Angra do Reis – Prova Angra.

Como suporte teórico utilizaremos textos de autores que abordam esta temática, além da legislação educacional nacional e documentos oriundos de fóruns e organismos internacionais.

O presente capítulo está dividido em duas seções. A primeira seção apresentará, de forma sucinta, o surgimento e desenvolvimento do movimento de avaliação em larga escala no Brasil. A segunda seção retomará algumas características do programa de avaliação implantado em Angra dos Reis, estabelecendo comparações com o sistema de avaliação do município de Belo Horizonte.

Serão apresentadas e melhor trabalhadas as questões que nortearam esta pesquisa, construídas no decorrer do capítulo 1, a saber:

A primeira questão se refere à ineficácia do atual programa de avaliação do município de Angra dos Reis, o Prova Angra dentro de sua proposta original. A pesquisa demonstra que o Prova Angra tem sido utilizado mais para treinar os estudantes para a realização da Prova Brasil. Como segunda questão, considerando que a partir dos dados coletados e sistematizados no primeiro capítulo, que indicam falhas no atual programa, sugerimos a substituição do atual programa de avaliação do município por outro programa que poderá contribuir para a melhoria do desempenho dos alunos e, de modo mais amplo, de toda a rede municipal e atores envolvidos. Acreditamos que com um novo programa de avaliação, o município de Angra dos Reis poderá ter um melhor acompanhamento do desempenho dos estudantes. Esta questão será mais bem evidenciada no decorrer deste capítulo. **(Rodrigo, da forma como você colocou aqui não é uma questão – reveja a escrita)**

2.1 – Sobre a necessidade de criação e manutenção dos sistemas de avaliação das redes públicas de ensino

Nas últimas décadas, uma série de políticas de avaliação vem sendo implementadas em diversos países do mundo, inclusive no Brasil. O processo de institucionalização de políticas de avaliação da educação vem sendo apontado por diversos autores como intrinsicamente ligado as políticas de organismos internacionais, conforme aponta Corsetti, Garcia (2007), ao fazerem referência à atuação desses organismos frente à crise educacional dos anos de 1980.

A influência dos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas Para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), entre outros, na estruturação das políticas públicas é evidente, sobretudo na definição das possíveis saídas para a crise no setor (CORSETTI, GARCIA, 2007, p.3).

Quanto à crise educacional citada acima, é importante lembrar que em 1990, em Jomtien (Tailândia) foi realizada a Conferência Mundial de Educação para Todos, reunindo representantes de 155 países. Tendo sido patrocinado por quatro organismos internacionais: UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação), UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), Banco Mundial e PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

Segundo dados da Declaração escrita e assinada pelos participantes da Conferência, a educação, no mundo, apresentava o seguinte quadro,

- mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao ensino primário;
- mais de 960 milhões de adultos - dois terços dos quais mulheres - são analfabetos, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento;
- mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais;
- e mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e outros milhões, apesar

de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais (UNESCO, 1998).

Tendo em vista o cenário alarmante, foram delineadas metas e compromissos que deveriam ser assumidos pelos países signatários da Declaração, com intuito de garantir, ou assegurar, educação básica para todos. No artigo quarto, da Declaração, está explícito a necessidade de criação de sistemas de avaliação de desempenho. Segundo a ótica do documento, os sistemas de avaliação de desempenho serviriam para verificar se “os níveis desejáveis de aquisição de conhecimentos” estão sendo atingidos.

Sabemos que existem muitas críticas à atuação do Banco Mundial e de outros organismos internacionais na definição de agendas educacionais, principalmente para os países em desenvolvimento. Porém, este trabalho não tem como objetivo analisar a atuação desses organismos. Independente da posição desses organismos, o quadro é alarmante e precisa ser abordado. Nosso interesse é situar o momento em que começam a surgir, de forma notória, movimentos de criação dos sistemas de avaliação em larga escala – sobretudo no Brasil.

A inserção das políticas de avaliação da educação nas agendas dos países da América Latina, via atuação do Banco Mundial, foi notória a partir de 1990. Segundo Gajardo (2000),

Esta é uma área onde os avanços latinoamericanos foram impressionantes. De fato, pode-se dizer que, no transcurso de uma década, generalizou-se na região o uso de sistemas de aferição de resultados de aprendizado e avaliação de qualidade. De forma incipiente começam também a surgir sistemas para avaliação do desempenho dos professores vinculada a incentivos monetários e de desenvolvimento profissional (GAJARDO, 2010, p.26-27).

No estudo, a autora sintetiza, através de um quadro, o país e o ano de criação do seu sistema de avaliação. A seguir, na figura 2, está reproduzido o quadro apresentado pela autora. É importante notar que dos quinze países listados, treze criaram seus sistemas na década de 1990. As exceções são: Chile, 1988 e Cuba, 1975.

Figura 2: Ano de Implantação dos Sistemas de avaliação nos países da América Latina.

País	Ano de Implantação do Sistema
Argentina (SINEC)	1993
Bolívia (SIMECAL)	1996
Brasil (SAEB)	1993
Chile (SIMCE)	1988
Colômbia	1991
Costa Rica	1995
Cuba	1975
Honduras	1990
México	1994
Nicarágua (SINED)	1998
Paraguai	1996
República Dominicana	1992
São Salvador	1993
Uruguai	1996
Venezuela	1995

Fonte: GAJARDO, 2010, p. 27.

No Brasil, após aprovação e publicação da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ficou instituída a obrigação do Estado em avaliar a educação escolar com claro objetivo de melhorar a qualidade do ensino, segundo seu artigo 9º, inciso VI,

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

(...)

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino (BRASIL, 1996)

Cabe ressaltar que antes de promulgada a LDB, o Ministério da Educação já desenvolvia modelos de avaliação dos sistemas de ensino no Brasil com o objetivo de diagnosticar a qualidade do ensino. Segundo Bonamino, Franco (1999),

No final da década de 80, ocorreram as primeiras ações voltadas para a implementação no Brasil de um sistema nacional de avaliação da educação básica, buscando verificar não apenas a cobertura do atendimento educacional oferecido à população, mas, principalmente, o desempenho dos alunos dentro do sistema. Tais ações levaram à subsequente

institucionalização do SAEB (BONAMINO, FRANCO, 1999, p.108).

Essas primeiras ações citadas acima se referem à criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau (SAEP). Porém, antes da criação deste programa, tem início, nos primeiros anos da década de 1980, em três estados do nordeste (Ceará, Piauí e Pernambuco), um programa de avaliação do rendimento escolar conhecido como EDURURAL – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino no Meio Rural do Nordeste Brasileiro. O programa foi financiado pelo Banco Mundial em parceria com o MEC. Segundo Fonseca (2009), sobre a atuação e influência do Banco Mundial na definição da agenda educacional no Brasil, e mais precisamente na criação de políticas de avaliação da educação, na década de 1980,

No final daquela década, o MEC negociava com o Banco Mundial outro acordo para o desenvolvimento da educação fundamental nos estados do Nordeste (Projeto Nordeste), cuja execução dar-se-ia na década de 1990. No plano das ações, este acordo dava continuidade ao Projeto EDURURAL, encerrado em 1987. Uma das propostas do Banco era dar seguimento ao processo de avaliação externa desenvolvido nos projetos anteriores, desta feita, alcançando o desempenho do aluno, dos professores e da rede escolar. A proposta acordada entre o MEC e o Banco era estender a avaliação à totalidade do sistema educacional. De fato, as experiências avaliativas efetuadas nos âmbito dos acordos internacionais deram suporte aos projetos nacionais de avaliação que se consolidariam na década de 1990 e que se constituiriam a principal referência para a qualidade educacional (FONSECA, 2009, p.165).

As influências do Projeto Nordeste e da experiência de avaliação educacional com o programa EDURURAL foram, se não decisivas, marcos importantes para a criação do SAEP, como aponta NETO (2007),

Também em 1988, o MEC, por intermédio da SENEb [Secretaria Nacional de Educação Básica – do MEC], decide criar mecanismos de avaliação da educação que fossem aplicados em todo o Brasil, ampliando-se a abrangência da avaliação proposta pelo Projeto Nordeste. A equipe do MEC já havia adquirido alguma experiência durante o período de execução do EDURURAL e havia também a experiência do INEP adquirida na pesquisa realizada em 1987. Surge assim o Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau – SAEP, que utilizou os recursos de um convênio firmado entre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA e o Ministério da Educação (NETO, 2007, p.7).

Sobre a experiência de 1987, contida na citação acima, se refere à aplicação de avaliações em 238 escolas de 69 cidades de vários estados, as avaliações foram aplicada pela Fundação Carlos Chagas (NETO, 2007).

Com relação ao SAEP, sabemos que aconteceu apenas uma aplicação de avaliações, pois logo em 1990, o SAEP passa a adotar nova nomenclatura – SAEB - e novos contornos, como mostra Bonamino, Franco (1999),

Já em 1988, houve uma aplicação piloto do SAEP nos estados do Paraná e Rio Grande do Norte, com o intuito de testar a pertinência e adequação de instrumentos e procedimentos. No entanto, dificuldades financeiras impediram o prosseguimento do projeto, que só pôde deslanchar em 1990, quando a Secretaria Nacional de Educação Básica alocou recursos necessários à viabilização do primeiro ciclo do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico (BONAMINO, FRANCO, 1999, p.110).

Em 1990, foi criado o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, seis anos antes da aprovação da LDB.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é uma avaliação externa em larga escala aplicada a cada dois anos. Seu objetivo é realizar um diagnóstico do sistema educacional brasileiro e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do aluno, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino que é ofertado. As informações produzidas visam subsidiar a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas na área educacional nas esferas municipal, estadual e federal, contribuindo para a melhoria da qualidade, equidade e eficiência do ensino (INEP/MEC¹², 2012).

¹² O endereço eletrônico do site está nas Referências.

A partir de 2005 o SAEB ganha novos contornos através da Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005. Esta portaria instituiu a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), que passou a ser conhecida como Prova Brasil. Em seu artigo 1º, parágrafo segundo, podemos ler:

Art. 1º Instituir o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, que será composto por dois processos de avaliação: a Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB, e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - ANRESC, cujas diretrizes básicas são estabelecidas a seguir.

(...)

§ 2º A Avaliação Nacional do Rendimento no Ensino Escolar - ANRESC tem os seguintes objetivos gerais:

- a) avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas, de forma que cada unidade escolar receba o resultado global;
- b) contribuir para o desenvolvimento, em todos os níveis educativos, de uma cultura avaliativa que estimule a melhoria dos padrões de qualidade e equidade da educação brasileira e adequados controles sociais de seus resultados;
- c) concorrer para a melhoria da qualidade de ensino, redução das desigualdades e a democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional;
- d) oportunizar informações sistemáticas sobre as unidades escolares. Tais informações serão úteis para a escolha dos gestores da rede a qual pertençam (Diário Oficial da União, de 22 de março de 2005, nº 55, p.17¹³).

Assim, é possível inferir que a partir de 2005 temos instituído o processo de avaliação censitária das instituições de ensino fundamental de todo território nacional. Fica evidente a adesão do Estado brasileiro ao movimento de avaliação em larga escala.

Segundo Brooke (2006), a adesão do país no processo de avaliação dos sistemas públicos de ensino pode ser entendida como uma tentativa do Estado em obter maior controle sobre o ensino escolar e em garantir níveis mínimos de qualidade. Esta constatação pode ser observada na passagem que segue.

¹³ O endereço eletrônico do site está nas Referências.

Entretanto, a criação de parâmetros curriculares nacionais e de mecanismos homogeneizadores da educação nacional, como o Fundef, o Saeb e a Avaliação Nacional do Rendimento no Ensino Escolar – Anresc –, pode ser interpretada como uma tentativa de atenuar a grande diversidade de padrões e de garantir os níveis mínimos de qualidade previstos na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esses esforços, tanto no sentido de eliminar as grandes disparidades de financiamento como de propor conteúdos básicos para todas as matérias e séries, parecem indicar a mesma tendência a estabelecer padrões de qualidade que acompanharam a criação dos projetos de responsabilização nos Estados Unidos e na Inglaterra. [...] a política do MEC de implantar um currículo comum e a utilização de um sistema nacional de avaliação extensiva a todas as escolas parecem indicar a vontade de exercer maior controle sobre as autoridades educacionais, a escola e o ensino (BROOKE, 2006, p.385).

Neste processo de reforma educacional, o desempenho dos alunos nas avaliações sistêmicas passa a ser o centro das atenções – principalmente dos gestores – e, em certa medida, uma espécie de “termômetro” da qualidade da educação oferecida pelas escolas e sistemas de ensino.

Porém, uma das limitações da Prova Brasil/SAEB, é não oferecer um diagnóstico detalhado sobre as redes de ensino. Assim, uma alternativa para ter mais clareza sobre as necessidades de cada sistema pode ser recorrer a sistemas de avaliação próprios. Esta alternativa auxilia gestores locais a conhecer de forma mais precisa a realidade de suas redes (estaduais ou municipais) para poder intervir com mais precisão onde for necessário.

Em estudo elaborado pela Fundação Vitor Civita, através do Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais (GAME), da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulado “A Avaliação Externa como instrumento da Gestão Educacional nos Estados”, é apresentado um panorama dos estados brasileiros que já adotam programas de avaliação próprios. Tendo como referência o quadro que demonstra os estados brasileiros que já contam com sistemas próprios e o ano de criação de cada sistema, apresentamos uma edição do quadro em outro formato, como mostra a figura 3.

Figura 3 – Estados com Sistemas de Avaliação Educacional



Fonte: Organização do autor com base no quadro apresentado pelo relatório da Fundação Vitor Civita (2011, p.37-38).

Podemos verificar que a maioria dos estados já vem construindo sistemas de avaliação para suas redes educacionais. Esta tendência pode estar relacionada às limitações do SAEB e Prova Brasil. Avaliar apenas o 5º e 9º anos do ensino fundamental não permite aos gestores acompanharem o processo dos demais anos 1º ao 4º e 6º ao 8º, tão pouco o ensino médio, que é avaliado apenas de forma amostral (não censitária). Assim, uma das limitações do SAEB/Prova Brasil, reside em não poder disponibilizar dados sobre o processo de aprendizagem para os anos de escolaridade que não participam da avaliação.

Outra limitação do SAEB/Prova Brasil – que consideramos a mais grave – é não disponibilizar os resultados por aluno ou por turma participante da

avaliação. Tanto SAEB/Prova Brasil como IDEB, apresentam os resultados em forma de média. Este formato pode ser bastante útil para avaliar sistemas de ensino, porém esta limitação não permite aos gestores dos órgãos centrais (MEC, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação) criarem programas direcionados aos alunos ou turmas com desempenho mais precário. E mesmo que pudesse gerar resultados por aluno, a demora na divulgação dos resultados, justificada pela quantidade de alunos avaliados, não permitiria as escolas ou redes de ensino, readequar ou modificar o currículo com vistas à correção dos problemas identificados.

Essas limitações podem ter desencadeado de forma mais acelerada o processo de implantação dos sistemas de avaliação próprios, principalmente em nível estadual. Para fundamentar esta afirmação podemos verificar na figura 3, o crescente número de estados que criaram sistemas próprios a partir da divulgação dos resultados do IDEB de 2005. É importante destacar que alguns estados, que já possuíam sistemas de avaliação, anteriores aos resultados de 2005, adaptaram seus sistemas de avaliação em função das diretrizes da Prova Brasil/SAEB. Assim como demonstra o relatório da Fundação Vitor Civita (2011),

No final dos anos 1990 e no princípio da nova década, observa-se que vários estados começam a criar o seu próprio sistema de avaliação educacional, enquanto outros aprimoram a parte técnica da avaliação, utilizando novos instrumentos e procedimentos estatísticos. [...] percebe-se que esses sistemas já se tomaram aspectos fixos do panorama educacional do país. Os estados que ainda não têm são minoritários e alguns dos que já tiveram, mas por diferentes motivos suspenderam seu funcionamento, mostram a intenção de recuperá-los. A reformulação da metodologia dos sistemas estaduais no princípio da década passada e a incorporação da TRI é o divisor de águas na evolução recente da avaliação. A partir desse momento, um número maior de estados se dispõe a experimentar com a criação de sistemas próprios (FUNDAÇÃO VITOR CIVITA, 2011, p. 27-35).

Em recente artigo sobre os usos das avaliações externas em sistemas estaduais de ensino, os professores e pesquisadores Nigel Brooke e Maria Amália Cunha, da Universidade Federal de Minas Gerais, consideraram os avanços nesta modalidade de avaliação afirmando que,

Pela expansão no número e sofisticação dos sistemas de avaliação durante os últimos anos e pela exploração de novas formas de aproveitar as informações geradas, constata-se a diversificação nas práticas de gestão educacional com base nos resultados dos alunos. De forma isolada ou em conjunto com outras informações, os resultados gerados pelos sistemas estaduais de avaliação educacional estão sendo usados para finalidades que variam entre a criação de indicadores estaduais de desenvolvimento educacional e a avaliação de desempenho individual de diretores escolares (BROOKE; CUNHA, 2011, p. 18).

Assim, para além de apenas aferir o desempenho das redes, escolas, turmas e alunos, as avaliações podem dar suporte para o desenvolvimento de estratégias de controle, com vistas a controlar as demandas, ou necessidades específicas, das redes de ensino. Mais especificamente, as avaliações aplicadas a toda rede podem indicar necessidades específicas por escola. Facilitando a criação de políticas públicas locais que objetivem a superação das dificuldades apresentadas.

Sobre a importância dos sistemas de avaliação para que as redes de ensino possam identificar seus problemas ou dificuldades, mais especificamente as redes municipais, estudos demonstram a importância de sistemas de avaliação próprios – da rede municipal – para melhor atender as demandas e características peculiares a cada rede. Traremos como exemplo o caso do Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic) do governo do Ceará, que em 2007 teve como meta no eixo avaliação externa - auxiliar os municípios cearenses na construção de sistemas de avaliação próprios.

Segundo informações do site do programa¹⁴, o eixo avaliação externa tem como objetivo:

Difundir uma cultura de avaliação educacional nos municípios cearenses, de modo que estes tenham uma equipe nas SME conscientes dos seguintes fatores: (1) importância de avaliar o processo de aprendizagem de seus alunos; (2) responsabilidade de conduzir o processo de avaliação de forma apropriada e responsável; (3) necessidade de utilizar os resultados das avaliações de forma apropriada, responsável e ética, sempre visando promover mudanças no processo de ensino e aprendizagem (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Governo Estadual do Ceará. Programa Alfabetização na Idade Certa, 2013).

¹⁴ O endereço eletrônico está nas Referências.

Essa proposta de difundir uma cultura de avaliação nos municípios tem relação direta com nosso estudo que demonstra a necessidade de criação e manutenção de um sistema de avaliação educacional para o município de Angra dos Reis, que trataremos com mais detalhes no capítulo três deste trabalho.

Sobre o PAIC e suas ações no campo da avaliação educacional, temos o estudo de Marques, Ribeiro e Ciasca (2008) que demonstram a dificuldade dos gestores municipais em utilizar os dados de avaliações tanto do próprio estado como federal – no caso do Ceará a partir de 1992 foi implementado o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE. Que avalia desde 2007 todos os alunos das escolas públicas estaduais e municipais nos seguintes anos/séries: 2º, 5º e 9º ano do ensino fundamental; 1ª, 2ª e 3ª série do ensino médio. O estudo dos autores demonstra que se fez necessária a implementação de ações no âmbito dos municípios cearenses para que os resultados das avaliações fossem utilizados para reorientar a prática pedagógica nas escolas e, por conseguinte, melhorar a qualidade da educação pública oferecida nos municípios. Esta premissa foi construída a partir do levantamento realizado pelo Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar¹⁵, que demonstrou que os gestores das redes municipais “desconheciam” a situação de precariedade no que tange a aprendizagem dos alunos de suas redes. Segundo os autores,

O “desconhecimento” dessa realidade, pelos gestores municipais (prefeitos e secretários de educação), é agravado pela falta de uma política municipal de monitoramento da qualidade da educação oferecida às crianças. Ao contrário da estrutura física, que pode ser mais facilmente avaliada, a aprendizagem das crianças demanda um protocolo de avaliação bem mais complexo, uma vez que busca avaliar algo que não é diretamente observável: o desenvolvimento cognitivo dos alunos. Ainda que tivéssemos, em 2004, dois processos, um nacional (Saeb) e outro estadual (Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – Spaece), avaliando a qualidade dos sistemas estaduais de ensino no Estado do Ceará, eles tinham como foco principal avaliar o resultado de

¹⁵ Este comitê foi constituído em 2004, a partir da iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, com o objetivo de investigar o baixo desempenho dos alunos na alfabetização.

ciclos de aprendizagem, ou seja, os alunos ao final do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio (MARQUES; RIBEIRO; CIASCA, 2008, p.436).

Verificamos que no caso do Ceará, apesar de existir o sistema de avaliação estadual (SPAECE) e federal (Prova Brasil/SAEB), parece que os gestores municipais não utilizavam os resultados das avaliações para reorientar suas políticas públicas de forma eficaz. Assim, apesar dos sistemas serem avaliados em âmbito federal e estadual, parece que os resultados das avaliações não estavam sendo utilizados para melhorar a qualidade da educação pública oferecida pelas redes municipais.

A iniciativa de orientar os municípios na criação de sistemas próprios de avaliação estava ligada a necessidade de resolver ou amenizar o problema do analfabetismo presente na rede pública do Ceará, levando ou orientando as redes municipais a se apropriarem dos resultados das avaliações e, a partir dos resultados, implementarem políticas que resultassem na melhoria da aprendizagem dos alunos.

Sobre o programa os autores destacam que,

A estratégia desse programa foi iniciar as atividades pela avaliação dos alunos, buscando criar um ambiente em que o próprio município conduzisse todo o processo de forma autônoma e, conseqüentemente, tivesse condições para conhecer a realidade não apenas da educação municipal como também de todos os seus alunos, individualmente (MARQUES; RIBEIRO; CIASCA, 2008, p.438).

É importante destacar que o modelo de avaliação sugerido aos municípios do Ceará é capaz de fazer diagnóstico da aprendizagem de cada aluno que realiza a avaliação. Diferente dos modelos da Prova Brasil e SAEB que avaliam as redes de ensino ou escolas através de médias. Consideramos que o desenho do programa de avaliação educacional capaz de fazer o diagnóstico por aluno parece ser o mais adequado às redes municipais que desejam a partir da avaliação reorientar as práticas pedagógicas em busca de uma educação de qualidade.

Sobre os diferentes usos e desenhos de programas de avaliação educacional desenvolvidos e implementados por alguns estados brasileiros, temos o recente estudo de Brooke e Cunha (2011) que aborda a questão da

multidimensionalidade das avaliações. Os pesquisadores fazem a abordagem a partir das políticas implementadas pelas autoridades após a realização das avaliações. Assim, de certa forma, deixam de lado o “discurso oficial” – das autoridades locais – para enfatizar as características e qualidades das políticas implementadas (BROOKE e CUNHA, 2001). Segundo os autores,

As avaliações podem acontecer em nível estadual, municipal ou escolar e podem ser para efeitos tanto somativos, para determinar as consequências de determinadas políticas, como formativos, para corrigir os rumos de programas em andamento. A essas utilidades pode-se acrescentar as funções de planejamento e monitoramento, que também pressupõem a projeção e análise dos resultados ao longo de um período de tempo. Conjuntamente, todas essas diligências expressam o propósito de usar os resultados para avaliar e orientar a ação do próprio governo em nível mais sistêmico (BROOKE e CUNHA, 2001, p.21).

A possibilidade de utilizar as avaliações em larga escala para orientar e avaliar as ações do governo (municipal, estadual ou federal) ou para informar as escolas sobre a aprendizagem dos alunos tem sido os objetivos mais comuns encontrados pelos pesquisadores. Os dois objetivos podem demandar desenhos de programas de avaliação diferentes. Conforme nos alertam os autores ao citar o pesquisador Ravela (2008),

Ravela admite que uma avaliação possa ter mais de uma finalidade e que as diferentes finalidades não são necessariamente exclusivas, mas lembra que “cada opção requer um determinado desenho e tem diferentes exigências técnicas e custos” (Ravela, 2008, p. 12 apud BROOKE e CUNHA, 2001, p.19).

Ao analisarmos o caso do programa de avaliação educacional de Angra dos Reis – Prova Angra – apresentado no capítulo um deste trabalho, inferimos que talvez os objetivos não foram alcançados em decorrência do desenho do programa. Para respaldar esta inferência, podemos contrastar o desenho do Prova Angra com os desenhos dos programas estaduais e municipais – apresentados por Brooke e Cunha (2011) – que apresentam como objetivo informar as escolas sobre a aprendizagem dos alunos e definir estratégias de formação continuada para as equipes das escolas.

Conforme demonstram os autores os estados e municípios que utilizam seus programas de avaliação educacional com a finalidade de diagnosticar a aprendizagem dos alunos tem dado ênfase em dois aspectos primordiais neste processo: publicação de materiais de divulgação dos resultados (boletins informativos) e programas de formação continuada para os professores entenderem os resultados apresentados. Segundo os autores,

Ambas as políticas têm evoluído de forma marcante ao longo dos anos, acompanhando a crescente sofisticação dos instrumentos e a importância atribuída ao processo de devolução dos resultados. Além de dar destaque ao conteúdo, os gestores também têm dado mais importância à apresentação gráfica do Boletim, procurando tornar mais fácil a compreensão dos resultados (BROOKE e CUNHA, 2001, p.30).

Esta tendência parece que não tem sido acompanhada pelo município de Angra dos Reis, conforme vimos nos resultados da pesquisa apresentada no capítulo um, podemos depreender que o Prova Angra não demonstra de forma clara os resultados alcançados pelos alunos. Observamos também que professores e equipe técnico-pedagógica das escolas avaliadas não passaram por programas de formação com vistas a entender e trabalhar com os resultados apresentados. Nestes dois aspectos – divulgação dos resultados e formação continuada – o atual desenho do Prova Angra parece não conseguir bons resultados.

É importante considerar que Brooke e Cunha (2011) apresentam como uma dificuldade “comum” nos programas por eles analisados a compreensão e utilização dos boletins pedagógicos gerados através dos programas de avaliação. Uma alternativa para resolver esse problema tem sido a implementação de programas de formação continuada oferecidos aos professores das escolas avaliadas. Sobre esses programas, os autores consideram que,

Nesses casos, as estratégias de formação ultrapassam as oficinas voltadas para a explicação dos resultados das avaliações para se tornarem programas permanentes de intervenção junto aos professores. Na cidade de Belo Horizonte, por exemplo, foi implantado o programa de Monitoramento da Aprendizagem. [...] Além de ações voltadas para os alunos, como o reforço escolar, são também desenvolvidas ações de formação docente, em que os

professores recebem formação específica e acompanhamento constante da SME (BROOKE e CUNHA, 2001, p.31-32).

Além do programa de Belo Horizonte, que vamos abordar com mais detalhes na próxima seção, os autores fazem referências a outros programas de avaliação em larga escala que também conseguiram implementar bons programas de formação e intervenção pedagógica com base nos resultados de suas avaliações.

Para compreender melhor como podemos utilizar os resultados dos sistemas de avaliação, na próxima seção abordaremos o uso das avaliações sistêmicas pelo município de Belo Horizonte. Assim, poderemos recuperar a descrição do “sistema de avaliação” de Angra dos Reis – Prova Angra – comparando-o com o sistema de avaliação de Belo Horizonte.

2.2 – Usos das avaliações sistêmicas nos municípios de Belo Horizonte e Angra dos Reis

Iniciaremos esta seção apresentando o sistema de avaliação de Belo Horizonte e retomando o programa Prova Angra, do município de Angra dos Reis. Mais adiante apresentaremos as diferenças entre os desenhos de cada programa.

Em 2008 a rede municipal de educação de Belo Horizonte iniciou o Sistema de Avaliação da Educação Fundamental das Escolas da Prefeitura de Belo Horizonte - Avalia BH. Segundo informações do site da prefeitura¹⁶ o Avalia BH tem por objetivos: “*avaliar, anualmente, o desempenho dos alunos, além de identificar, por meio de pesquisa contextual, os fatores que interferem no desempenho escolar*” (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Avalia BH, 2012).

De acordo com a entrevista¹⁷ de um dos operadores do Avalia BH, o programa surgiu a partir da experiência exitosa de outro programa de avaliação

¹⁶ O endereço do site consta nas Referências.

¹⁷ Obtido através de respostas ao Questionário 1, no dia 08 de Agosto de 2012. As perguntas deste questionário estão no Anexo 1.

da educação em Minas Gerais - o Proalfa¹⁸. Segundo o operador do programa, a iniciativa de criação do Avalia BH, está relacionada à necessidade de obter informações mais precisas sobre o processo de aprendizagem dos alunos da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME-BH), esta necessidade fica clara a partir da resposta a primeira pergunta do questionário (Anexo 1), sobre a criação do programa.

Basicamente com o sucesso do Proalfa, uma avaliação que compõe o SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública, da SEE-MG) que devolve os resultados por aluno permitindo à gestão municipal e às escolas/professores elaborar estratégias de intervenção e monitoramento dos alunos, principalmente daqueles com baixo desempenho. Ocorre que o Proalfa só avalia os alunos de 8 anos. Dessa forma o desenho do Avalia-BH buscou contemplar o aprendizado que tivemos com a participação no Proalfa ao mesmo tempo em que ampliamos o formato e o alcance dessa avaliação com vistas a atender as necessidades da RME-BH (OPERADOR DO AVALIA BH, resposta a questionário em 08 de Agosto de 2012).

Além de oferecer um “mapa” sobre a aprendizagem dos alunos do município, o Avalia BH também é utilizado para coletar dados sobre a realidade do aluno e, por conseguinte, das escolas. Ainda na resposta a primeira pergunta do questionário (Anexo 1), o operador do programa deixa claro que,

O formato do Avalia-BH ainda prevê a aplicação de questionários contextuais com a finalidade de coletar dados sócioeconômicos e a opinião dos alunos, diretores, professores e coordenadores pedagógicos sobre as práticas escolares. Por fim, temos tentando produzir dados e indicadores para além dos resultados de desempenho com o objetivo de fazer diagnóstico mais preciso dos fatores que interferem no desempenho dos alunos. Em 2011 concluímos um estudo sobre o clima escolar nas escolas municipais, inclusive com a divulgação de um indicador de clima escolar em cada unidade (OPERADOR DO AVALIA BH, resposta a questionário em 08 de Agosto de 2012).

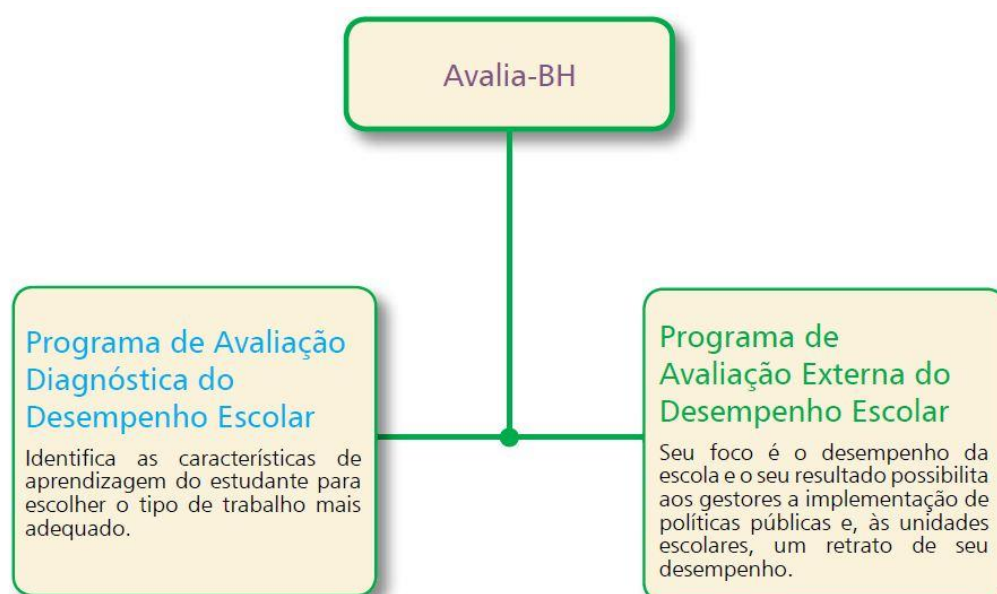
¹⁸ De acordo com informações retiradas do site do SIMAVE (o endereço eletrônico está nas Referências), o Proalfa - Programa de Avaliação da Alfabetização, cuja primeira avaliação ocorreu em 2005, verifica os níveis de alfabetização alcançados pelos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, da rede pública, sendo censitária no 3º ano. Os resultados dessa avaliação são usados para embasar as intervenções necessárias no processo de alfabetização/letramentos dos alunos.

Sobre os questionários contextuais, é importante destacar que a interferência do clima escolar pode ser uma variável importante para diagnosticar problemas ou dificuldades na aprendizagem dos alunos. Devido às limitações deste trabalho não vamos analisar esta variável, porém é importante destacar que já existem trabalhos acadêmicos que atestam a importância do clima escolar para a aprendizagem dos alunos – citamos como referência o trabalho de Silva e Bris (2002) que faz uma revisão bibliográfica sobre o tema. Assim, é possível obter informações que vão além do desempenho dos alunos. É possível trabalhar com outras variáveis que as avaliações não têm como mensurar – nível sócio-econômico, vulnerabilidade social, entre outros. É importante destacar também, que a partir das análises dos questionários é possível criar programas específicos de acordo com as especificidades de cada escola.

Outra dimensão importante sobre o desenho do Avalia BH, é sobre as etapas do programa. De acordo com o operador do programa o Avalia BH é composto de duas avaliações diagnósticas – aplicadas pelas escolas – e uma avaliação externa – aplicada por avaliadores de fora da escola. As avaliações diagnósticas são realizadas no início e próximo ao término do ano letivo. A avaliação externa é aplicada no decorrer do ano letivo – segundo calendário da Secretaria Municipal de Educação.

Para facilitar a compreensão do programa, apresentamos abaixo o esquema dos dois programas que englobam o Avalia BH:

Figura 4 – Esquema dos programas envolvidos no Avalia BH



Fonte: GOVERNO MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Revista Avalia-BH, 2012, p.18.

Sobre os objetivos do Avalia BH, através da resposta ao questionário, o operador do programa traz a seguinte abordagem,

Basicamente o Avalia-BH pretende monitorar e permitir o acompanhamento e a intervenção pedagógica o mais imediato possível e ser um parâmetro da qualidade educacional ofertada pelo município de BH. Nesse sentido o Avalia-BH tem um duplo objetivo: constituir-se como mecanismo de avaliação sistêmica e permitir o monitoramento e a intervenção pedagógica baseada em resultados de avaliação diagnóstica (interna) e externa, a partir de matrizes avaliativas e descritores de competências e habilidades para cada ano do 3º ao 9º ano do ensino fundamental (OPERADOR DO AVALIA BH, resposta a questionário em 08 de Agosto de 2012).

Entre 2008 e 2010 o Avalia BH foi aplicado a todos os alunos da rede municipal que estavam matriculados do 3º ao 9º ano do ensino fundamental. Os alunos realizaram provas de Língua Portuguesa e Matemática – elaboradas a partir de matrizes de referências parecidas com as do SAEB. A partir de 2010 todos os alunos dos anos avaliados também fizeram avaliação de ciências. Podemos destacar a inclusão de ciências como uma evolução das áreas ou saberes avaliados pelo programa. A tendência em incluir avaliação de ciências não é exclusividade do Avalia BH, outras redes também avaliam esta área – podemos citar como exemplos as redes estaduais de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

É importante destacar que os resultados das avaliações são publicados e divulgados para toda rede, através do site do programa é possível ter acesso a alguns boletins informativos sobre o desempenho dos alunos nas avaliações. Assim, é possível que pais, alunos, professores, diretores e qualquer outro ator envolvido no processo educativo esteja informado sobre o desempenho/qualidade da educação oferecida nas escolas da rede.

A questão da divulgação dos resultados e sua utilização pelas escolas podem ser consideradas um desafio nos modelos de avaliações sistêmicas. Estudos na área de avaliação educacional vêm mostrando que ainda existe certa dificuldade na utilização dos dados provenientes de avaliações sistêmicas de nível nacional e estadual – conforme já abordamos na seção anterior ao

fazer referência ao estudo de Brooke e Cunha (2011). Outro pesquisador da área de avaliação educacional, Gatti (2009), demonstra a dificuldade das redes e escolas em lidar, analisar e interpretar de forma pedagógica os dados advindos dos modelos de avaliação com desenho semelhante ao da Prova Brasil/SAEB. Segundo o pesquisador,

Os problemas de utilização dos dados por diretores de escola coordenadores pedagógicos e professores vêm ocorrendo tanto na utilização das avaliações estaduais como das avaliações nacionais. A disseminação dos dados em formas mais adequadas, diferenciadas conforme a audiência — público em geral, pais, professores, gestores — é ponto nevrálgico a ser resolvido no desenvolvimento desses processos (GATTI, 2009, p. 15).

Uma forma de explicar a dificuldade apresentada na citação acima - em trabalhar com os dados das avaliações sistêmicas – pode ter relação com certo distanciamento que existe entre as escolas ou redes de ensino e os modelos de avaliação externa às escolas/redes (MARQUES; RIBEIRO; CIASCA, 2008). Mais uma vez, podemos inferir que o desenho de um modelo que está de certa forma “distante” da escola/rede de ensino pode ser um empecilho na utilização dos resultados de forma a adequar o trabalho dos professores em busca de melhorias no ensino e na aprendizagem dos alunos.

Outro ponto de destaque do Avalia BH, conforme mostra informação retirada do site¹⁹ do programa, considera que,

As avaliações externas permitirão identificar os níveis de desempenho de cada aluno da Rede Municipal, em praticamente toda a sua trajetória escolar, ajudando a escola a identificar os alunos com baixo desempenho e permitindo planejar um processo de intervenção de acordo com as dificuldades apresentadas (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Avalia BH, 2012).

Neste sentido, fica mais fácil para o poder público direcionar políticas de intervenção ou atuação mais precisas – visto que terá a disposição um “mapa” da realidade educacional da rede de ensino.

¹⁹ O endereço eletrônico do site está nas Referências.

Os dados da pesquisa parecem demonstrar que a partir da implementação do programa Avalia BH, o poder público local tem condições de estabelecer prioridades e melhorar a qualidade da educação pública oferecida em suas escolas. Algo que parece não acontecer no município de Angra dos Reis, onde a preocupação maior do programa “Prova Angra” parece estar em treinar os alunos para as avaliações do Prova Brasil e SAEB - conforme demonstrado no capítulo 1 deste trabalho.

A seguir apresentaremos três quadros comparando os programas de Angra dos Reis e Belo Horizonte. Nosso objetivo com os quadros é demonstrar as diferenças entre os dois programas nos seguintes aspectos: desenho; implementação e monitoramento. Consideramos que esses aspectos são importantes para a distinção entre o programa que está sendo analisado neste trabalho – Prova Angra – e o programa de avaliação municipal que parece apresentar resultados positivos – Avalia BH.

Nossa intenção é demonstrar as diferenças entre os programas com vistas a repensar o Prova Angra utilizando elementos do Avalia BH. A escolha do Avalia BH como “programa de referência” para nossa pesquisa está relacionada com a necessidade de utilizarmos como referência um programa municipal que já tenha algum referencial disponível para consulta. As produções que encontramos sobre programas de avaliação subnacionais fazem referência mais aos programas estaduais do que aos municipais.

Quadro 1 – Prova Angra e Avalia BH - Desenho

Prova Angra	Avalia BH
<p>Implantar sistema de avaliação próprio utilizando prova padronizada com os seguintes objetivos: fazer um diagnóstico da aprendizagem dos alunos em leitura, interpretação e resolução de problemas; conhecer o significado dos descritores, presentes em avaliações de grande escala; familiarizar os professores e alunos com o tipo de avaliação que possui especificidades usualmente não trabalhadas pelos professores; reorientar a prática pedagógica em sala de aula.</p>	<p>O Avalia BH é composto de dois programas: a avaliação diagnóstica, aplicada pelas próprias escolas logo no início do ano e ao final do ano; avaliação externa, utilizada para acompanhar a evolução do sistema (escolas) e dos próprios alunos, já que tanto a avaliação diagnóstica quanto a externa são censitárias. O formato do Avalia-BH ainda prevê a aplicação de questionários contextuais para alunos, diretores, professores e coordenadores pedagógicos sobre as práticas</p>

<p>Tem como público alvo alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental (no ano em que é aplicada a Prova Brasil) e alunos do 4º e 8º anos do ensino fundamental (no ano em que não é aplicada Prova Brasil).</p> <p>As avaliações são elaboradas considerando a Matriz de Referência da Prova Brasil, além de outros materiais que apresentam questões com características semelhantes as da Prova Brasil.</p>	<p>escolares.</p> <p>O Avalia-BH tem um duplo objetivo: constituir-se como mecanismo de avaliação sistêmica e permitir o monitoramento e a intervenção pedagógica baseada em resultados de avaliação diagnóstica (interna) e externa, a partir de matrizes avaliativas e descritores de competências e habilidades para cada ano do 3º ao 9º ano do ensino fundamental.</p> <p>O Avalia BH está alinhado a Matriz de Referência da Prova Brasil e seus resultados podem ser comparáveis aos resultados da Prova Brasil e do SIMAVE.</p>
---	---

Fonte: Elaboração do autor com base nas respostas aos questionários aplicados.

No primeiro capítulo e na seção anterior, tecemos algumas considerações sobre o desenho do Prova Angra. Não caberia refazer as mesmas ponderações. Ao analisarmos o desenho dos dois programas, no quadro 1, notamos que o Avalia BH apresenta como diferencial a definição de dois programas que se complementam – a avaliação diagnóstica e a avaliação externa. É importante notar que a avaliação diagnóstica é aplicada pelos professores das escolas – o que parece incentivar maior participação e envolvimento com o processo. Podemos inferir que a partir dos resultados da avaliação diagnóstica – realizada no início do ano – os professores têm condições de reorientar suas práticas para suprimir eventuais lacunas na aprendizagem dos alunos.

Outro ponto que merece destaque é o alcance do Avalia BH – do 3º ao 9º ano do ensino fundamental – abrangendo quase todos os anos do ensino fundamental. Como veremos no quadro 2, o segundo ano do ensino fundamental participa do programa a partir da Provinha Brasil. Então podemos inferir que o programa cobre praticamente todos os anos do ensino fundamental. Sobre este aspecto a Revista Avalia BH (2012) traz a seguinte informação:

Para além das avaliações tradicionais, como o Prova Brasil ou o SAEB, que avaliam, a cada dois anos, o Ensino Fundamental

através das duas séries terminais de cada ciclo (4ª série/5º ano + 8ª série/9º ano), o Avalia-BH avançou profundamente na compreensão dos desafios da Educação Pública ao avaliar sete séries, da alfabetização (2ª série/3º ano) ao final do Ensino Fundamental (8ª série/9º ano). Além disso, o Avalia-BH também acompanhou de perto a evolução de escolas, alunos e professores ao promover a avaliação anual de todas as séries, o que permitiu identificar os progressos bem como os entraves ao desenvolvimento educacional nos últimos anos (GOVERNO MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Revista Avalia-BH, 2012, p.8).

Podemos perceber que a abrangência do programa pode possibilitar, no decorrer dos anos, um minucioso quadro dos avanços ou entraves em diversos formatos de análise a partir de variáveis distintas – escolas, anos de escolaridade, turmas, alunos, e outras variáveis. A possibilidade de construir uma série histórica com base nas variáveis já relacionadas pode ampliar a capacidade de atuação do poder público na criação e implementação de programas que auxiliem na melhoria da qualidade do ensino/aprendizagem.

Quadro 2 – Prova Angra e Avalia BH – Implementação

Prova Angra	Avalia BH
<p>Após a primeira edição de 2010, a Secretaria de Educação de Angra dos Reis vem aplicando as avaliações com regularidade. Avalia conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática.</p> <p>As provas são aplicadas pelos professores regentes das turmas avaliadas.</p> <p>Em 2010 foram avaliados os alunos do 4º e 8º anos do ensino fundamental. Em 2011 (ano de Prova Brasil) foram avaliados os alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental.</p> <p>Na edição de 2011 participaram no 5º ano – 53 escolas, 2454 alunos de 107 turmas; no 9º ano – 15 escolas, 850 alunos de 32 turmas.</p>	<p>Iniciou em 2008 e avalia censitariamente todos os alunos do 3º ao 9º anos do ensino fundamental, em Língua Portuguesa e Matemática. A partir de 2010 passou a contar com prova de ciências.</p> <p>Os alunos do 2º ano do EF já são avaliados pela Provinha Brasil, porém os resultados da Provinha Brasil são lançados em um sistema pela própria escola e processados pela Gerência de Avaliação de Políticas Educacionais (GAPED) – responsável pelo Avalia BH – após processar as informações a GAPED envia para as escolas a interpretação pedagógica dos resultados, por aluno.</p> <p>As avaliações diagnósticas são aplicadas pelos professores regentes das turmas e a avaliação externa e questionário contextual são aplicados</p>

	<p>por profissionais que não atuam nas escolas avaliadas.</p> <p>Na edição de 2011 foram avaliados cerca de 125.000 alunos em 186 escolas.</p>
--	--

Fonte: Elaboração do autor com base nas respostas aos questionários aplicados.

No quadro 2 podemos notar que os dois programas – Prova Angra e Avalia BH – iniciam suas atividades respectivamente em 2010 e 2008. Sabemos que a motivação para criação do Prova Angra foi a divulgação dos resultados da Prova Brasil/SAEB de 2009 – que demonstraram certa precariedade no rendimento dos alunos avaliados. Enquanto o Avalia BH surgiu após a participação do município de Belo Horizonte no Proalfa - Programa de Avaliação da Alfabetização – realizado através da iniciativa do Estado de Minas Gerais, e que demonstrou à gestão municipal um formato de avaliação capaz de gerar indicadores por aluno avaliado. Parece que a possibilidade de acompanhar os resultados por aluno foi importante na decisão da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte em desenvolver um programa de avaliação educacional próprio.

Ao observarmos a forma como os dois programas são aplicados, constatamos que a possibilidade de avaliar todos os alunos do 3º ao 9º anos e gerar indicadores individuais de rendimento – conforme ocorre com o Avalia BH – proporciona um grande diferencial em comparação com o Prova Angra. Verificamos que o Prova Angra avalia apenas dois anos do ensino fundamental a cada edição – alternando os anos de acordo com o ano de aplicação da Prova Brasil. Desta forma os indicadores gerados pelo Prova Angra acompanham apenas um breve momento da trajetória escolar dos alunos avaliados. Enquanto o Avalia BH pode criar séries históricas de acompanhamento de cada aluno avaliado.

Avaliações capazes de criar séries históricas podem acompanhar o processo de aprendizagem dos alunos numa perspectiva longitudinal – através dessas avaliações os professores, diretores, coordenadores pedagógicos e gestores do órgão central terão a possibilidade de acompanhar o desenvolvimento de alunos e turmas no decorrer do ano letivo – e dos anos

escolares – com maior precisão. Podendo a partir da análise dos dados criarem mecanismos para melhorar a aprendizagem dos alunos.

É importante destacar que pesquisas e estudos sobre dados longitudinais em educação demonstram a importância de dados coletados no decorrer de um ou mais anos do mesmo grupo de sujeitos avaliados. Esses estudos apontam para a necessidade de criação de mecanismos ou base de dados capazes de verificar a qualidade do ensino ou da aprendizagem dos alunos no decorrer do ano ou anos de estudos.

Assim, é possível detectar o chamado “valor agregado da escola”, ou seja, aquilo que a escola foi capaz de “adicionar” no desenvolvimento de habilidades e competências dos alunos. Segundo LEE (2010) sobre a importância de termos avaliações no decorrer do processo educativo para “medir” o que os alunos estão aprendendo,

A essência do “valor agregado” é que os dados longitudinais são cruciais. Cada ano que a criança é educada em determinada escola ou sala de aula, irá aprender alguma coisa. Mas só podemos medir quanto a criança vai ganhar, progredir e aprender se levarmos em conta em que ponto a criança começou – em termos de desempenho cognitivo – quando entrou na escola ou na sala de aula. O que precisamos saber é quanto o desempenho aumentou durante esse período. Queremos medir o valor do que foi agregado, em termos de desempenho cognitivo da criança, durante esse período. Medir esse “valor agregado” exige dados longitudinais sobre as mesmas crianças. Se estamos interessados em saber quanto uma escola contribuiu para o “valor” cognitivo da criança, precisamos ter resultados do mesmo teste aplicado a cada criança ao entrar e sair da escola. (LEE, 2010, p.536)

Segundo esta perspectiva, percebemos que em Belo Horizonte, os gestores do órgão central ou das escolas têm a possibilidade de melhor acompanhar a evolução dos indicadores gerados pelo Avalia BH, tendo em vista que o desenho do Avalia BH pode permitir esta comparação. Já no município de Angra dos Reis, o desenho do Prova Angra, parece não ser capaz de proporcionar esse tipo de análise.

Para exemplificar o que pode representar o acompanhamento de cada aluno no decorrer dos anos escolares, podemos pensar em uma situação hipotética, em que um aluno que cursa todo o ensino fundamental na rede municipal e participa de todas as provas do Avalia BH, será possível ao órgão

central, escola, professores, responsáveis do aluno ou mesmo o próprio aluno, avaliar seu rendimento no decorrer dos anos. Essa avaliação também pode ser feita a partir dos resultados das escolas, regionais ou de toda a rede a partir de consulta ao portal da avaliação ou através dos boletins e revistas do programa. Esta dimensão do programa será mais bem trabalhada a partir dos dados do quadro 3.

Quadro 3 – Prova Angra e Avalia BH – Monitoramento

Prova Angra	Avalia BH
<p>Não há acompanhamento de nenhuma instituição da área de avaliação educacional. A Secretaria de Educação é a única responsável em receber as avaliações e processar os resultados. Os resultados são divulgados, em forma de relatórios, para gestores, equipe técnico-pedagógica e professores. Não foram criados programas específicos para acompanhar alunos/escolas com baixo rendimento.</p>	<p>O programa é acompanhado pela Gerência de Avaliação de Políticas Educacionais – da Secretaria Municipal de Educação (SMED) – e pelo CAED (Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação). Os resultados são amplamente divulgados, inclusive no Portal da Avaliação em que é possível acompanhar os resultados dos alunos desde quando começou a avaliação. Todas as escolas recebem boletins pedagógicos com a apresentação, análise e problematização dos resultados dos alunos, turmas, escola, regional e município, de forma que a escola possa se localizar em relação à RME como um todo e em relação às escolas da mesma regional. Alunos com baixo rendimento são acompanhados por programas ou políticas de intervenção criadas pela SMED. O acompanhamento dos alunos/escolas com baixo rendimento é feito por profissionais formados pela SMED para este fim.</p>

Fonte: Elaboração do autor com base nas respostas aos questionários aplicados.

A partir do quadro 3, podemos notar as diferenças entre a etapa de monitoramento dos dois programas. No Prova Angra não existe acompanhamento do órgão central após a aplicação e entrega de resultados às escolas. Já no Avalia BH após a realização das provas parece existir uma preocupação em criar mecanismos de acompanhamento e monitoramento dos

alunos e escolas com baixo rendimento. É importante salientar que o acompanhamento é feito por aluno – através de profissionais capacitados pelo órgão central. Outro ponto já observado na seção anterior é a questão da divulgação dos resultados. Parece que uma das dificuldades do Prova Angra é sistematizar os resultados dos alunos/turmas avaliadas e divulgá-los em um formato capaz de servir como diagnóstico aos professores. Neste ponto o Avalia BH parece conseguir maior êxito na medida em que consegue divulgar seus resultados de forma ampla – para toda comunidade escolar – através não só dos Boletins Pedagógicos, mas também através da internet. Quanto à utilização dos resultados pelas escolas, não dispomos de pesquisa nas escolas de Belo Horizonte para contrastar com a pesquisa realizada nas escolas de Angra dos Reis. Porém, temos acesso ao material de divulgação do Avalia BH chamado “Revista Avalia BH 2012”²⁰ que traz informações sobre o programa. A revista traz gráficos de rendimento com as médias da rede e das regionais que demonstram os avanços na aprendizagem dos alunos, conforme podemos ver na seguinte passagem,

Os resultados ao final do Ensino Fundamental são um bom testemunho deste progresso. Se nos primeiros ciclos fundamentais foram observados progressos expressivos, superiores a 20 pontos, na 8ª série/9º ano o salto foi ainda maior, atingindo 25 pontos em Língua Portuguesa e superando os 30 pontos em Matemática (GOVERNO MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Revista Avalia-BH, 2012, p.9).

A passagem acima faz referência à evolução das proficiências dos alunos avaliados nas edições do programa (2008, 2009, 2010 e 2011). No decorrer do texto fica claro que o Avalia BH tem papel decisivo no diagnóstico e monitoramento da aprendizagem dos alunos, o que parece possibilitar a criação de programas específicos para melhoria da aprendizagem. A citação a seguir faz referência à importância do Avalia BH para definir ações para o 6º ano do ensino fundamental,

[...] a partir dos dados produzidos pelo Avalia-BH, foi possível refletir sobre estratégias pedagógicas e ações educacionais na direção de elevar o progresso nesta etapa e ampliar as

²⁰ O endereço eletrônico do site está nas Referências.

crianças nos níveis mais elevados. Observou-se que em apenas dois anos o percentual de alunos nos níveis satisfatório/avançado elevou-se para 73,4%, uma incorporação de mais 18% dos alunos que antes estavam em níveis mais baixos. Enquanto isso, o percentual dos alunos “abaixo do básico” caiu de 10,6% para apenas 4,4%, um progresso significativo (GOVERNO MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Revista Avalia-BH, 2012, p.10).

Assim, os dados parecem demonstrar que o Avalia BH vem conseguindo contribuir para o alcance de melhorias na qualidade do ensino nas escolas municipais de Belo Horizonte. Em contrapartida o Prova Angra parece não demonstrar efeitos visíveis na melhoria da qualidade da educação das escolas municipais de Angra dos Reis. Esta constatação foi apresentada no decorrer do capítulo 1. Podemos inferir que existe uma diferença substancial no tratamento da informação que as avaliações geram. Os resultados das avaliações do Avalia BH além de estarem disponíveis e com ampla divulgação parecem contribuir para a melhoria da aprendizagem, enquanto os resultados do Prova Angra ficam circunscritos aos gestores e professores das escolas avaliadas, sem parecer influir na melhoria da aprendizagem dos alunos avaliados.

Outro ponto relevante na distinção do desenho dos dois programas é o fato do Avalia BH contar com o acompanhamento de uma agência de avaliação - Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED). Sobre a importância das agências de avaliação no contexto da melhoria dos programas de avaliação educacional, temos o estudo de Brooke e Cunha (2011). Segundo os autores,

Uma parte do crédito pela melhoria progressiva dos materiais “devolutivos” deve ser atribuída às próprias agências de avaliação, como o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), Centro de Seleção e Promoção de Eventos (Cespe) e Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio (Cesgranrio). Incentivadas pelas SEs que são seus clientes, essas organizações experimentaram diferentes conteúdos e formatos ao longo dos anos e puderam verificar por meio dos contatos diretos com professores e técnicos o grau de acerto das diferentes maneiras de apresentar as informações (BROOKE e CUNHA, 2001, p.30).

A constatação dos autores parece apontar para a necessidade de obter ajuda técnica das agências de avaliação para melhor gerir programas de

avaliação educacional. Não podemos afirmar que o acompanhamento de uma agência avaliadora tenha sido o responsável pela aparente melhoria dos indicadores a partir da implementação do programa Avalia BH. Também não podemos afirmar que a aparente ineficácia do Prova Angra tenha relação com a ausência de uma agência no acompanhamento do seu programa. Porém, podemos inferir que a presença de uma agência de avaliação pode contribuir com um programa de avaliação educacional na medida em que possui quadro técnico e experiência na área de avaliação educacional. Brooke e Cunha (2011) parecem fazer referência a este tipo de ajuda, quando mencionam a importância das agências de avaliação no contexto dos programas de avaliação educacional.

Enfim, as diferenças entre os dois programas são grandes. Podemos depreender, mais uma vez, o quanto falta em organização e estrutura para a criação e implementação de um sistema de avaliação em Angra dos Reis, em substituição ao atual programa que se resume num conjunto de provas elaboradas para fins de treino.

Tendo em vista o quadro já apresentado, consideramos que urge a substituição do atual programa – Prova Angra – por outro capaz de indicar de forma eficiente o desempenho dos estudantes do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Através de um novo modelo de avaliação sistêmica. Para tanto sugerimos a criação do Sistema de Avaliação Educacional do município de Angra dos Reis (SAEMAR).

Cumpramos ressaltar que no Capítulo 3, deste trabalho, as propostas do SAEMAR serão mais bem detalhadas.

3. PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – POR UM NOVO MODELO DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

Neste capítulo abordaremos de forma mais específica a substituição do atual programa de avaliação de Angra dos Reis – Prova Angra –, tendo em vista o quadro já delineado nos capítulos 1 e 2. Este capítulo será organizado da seguinte forma:

Na primeira seção indicaremos os motivos para a substituição do Prova Angra, já descrito no primeiro capítulo e analisado no segundo capítulo. Na segunda seção apresentaremos, de forma detalhada, a proposta de substituição do Prova Angra. Na terceira seção apresentaremos as considerações finais.

3.1 – Retomando o Prova Angra

Com base nas pesquisas de campo os dados levantados parecem apontar a ineficácia do programa Prova Angra, do município de Angra dos Reis. Conforme apresentado nos capítulos anteriores verificamos que o Prova Angra apresenta um desenho que não permite que seus objetivos sejam alcançados. É importante ressaltar que um dos objetivos do programa é “reorientar a prática pedagógica em sala de aula”. Para tanto, se faz necessário não só o diagnóstico como a formulação e o acompanhamento de políticas públicas capazes de monitorar a aprendizagem dos alunos. Conforme descrito nos capítulos anteriores, o Prova Angra, apresenta uma proposta de avaliação que visa mais o treino ou habituar alunos e professores com um formato de avaliação parecido com o Prova Brasil. Assim, o diagnóstico da aprendizagem dos alunos, para reorientar a ação pedagógica dos professores, parece não ser o foco central.

Outro elemento importante, para corroborar a aparente ineficácia do programa, é a falta de sistematização dos seus resultados. No decorrer desta pesquisa não foram liberados, pelos coordenadores do programa, os resultados das avaliações. Tão pouco ficou claro se o formato das avaliações - questões das provas, escala de proficiência, descritores - permite comparar os resultados das avaliações em uma série histórica, para avaliar se os resultados

vêm melhorando ou não. O aparente amadorismo da equipe responsável pelo programa, já citado no primeiro capítulo, pode ser um dos motivos não só da falta de sistematização dos resultados do programa, como também da falta de documentos oficiais que reconheçam o Prova Angra como um programa de avaliação educacional da secretaria de educação.

Verificamos que apesar do programa Prova Angra acontecer com regularidade, ter objetivos delineados e algumas ações pontuais, não possui nenhum documento oficial que justifique sua criação e implementação, tão pouco outros documentos que regulem seu funcionamento e demonstrem ou apresentem seus resultados ou sua avaliação.

Verificamos também, através da pesquisa nas escolas, que os resultados do Prova Angra não têm sido utilizados pelas escolas para acompanhar o rendimento dos alunos avaliados. Tão pouco vem sendo realizado, pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia (SECT) de Angra dos Reis, cursos de formação para professores e equipe técnico-pedagógica para que estes possam utilizar os resultados do programa para fins de reorientação de suas práticas.

Enfim, consideramos que o programa Prova Angra deve ser substituído por outro programa capaz de oferecer ao órgão central indicadores educacionais que permitam a formulação de políticas públicas para melhoria da aprendizagem dos alunos do município de Angra dos Reis. Na próxima seção apresentaremos a proposta de substituição do Prova Angra por outro programa de avaliação educacional.

3.2 – Proposta de criação do Sistema de Avaliação Educacional do município de Angra dos Reis - SAEMAR

No final do segundo capítulo, apresentamos a ideia de criação de um sistema de avaliação para o município de Angra dos Reis. Este sistema denominado por nós como Sistema de Avaliação Educacional do município de Angra dos Reis – SAEMAR, foi concebido para abranger inicialmente os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano). Sendo eficaz em sua proposta poderia ser estendido progressivamente aos anos finais (6º ao 9º ano).

A proposta do SAEMAR é acompanhar o processo de aprendizagem dos alunos das escolas municipais do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Para tanto o SAEMAR tem um desenho pautado nos modelos de avaliação descritos por Brooke e Cunha (2011) que tem o propósito de informar as escolas sobre a aprendizagem dos alunos, definir as estratégias de formação continuada para professores e equipe técnico-pedagógica das escolas avaliadas e monitorar a situação educacional das escolas do município.

O desenho o SAEMAR é parecido com o programa de avaliação utilizado pela prefeitura municipal de Belo Horizonte – Avalia BH -, conforme descrito na seção 2.2 do segundo capítulo deste trabalho – avaliações diagnósticas, avaliação externa e aplicação de questionários contextuais.

Para auxiliar a SECT na definição do desenho, implementação e avaliação do programa sugerimos a contratação de uma instituição que tenha experiência em avaliações em larga escala – como acontece no Avalia BH e outras avaliações municipais e estaduais. Justificamos a necessidade de uma organização externa à Secretaria de Educação pelo apoio técnico que essas organizações podem oferecer. Atualmente, existem várias instituições vinculadas às universidades públicas que prestam serviços em avaliação educacional. Acreditamos que aproveitar o conhecimento que estas instituições possuem pode ser decisivo para evitar situações de amadorismo – como demonstrado no processo de construção e implementação do atual modelo de avaliação educacional em curso no município de Angra dos Reis – Prova Angra.

Definimos como primeira ação para a construção do SAEMAR a elaboração de uma Matriz de Referência que contemple as habilidades que serão avaliadas nos anos escolares avaliados. A Matriz de Referência deverá ser construída com a participação de professores e pedagogos das escolas e SECT. Sabendo que já existem reuniões previstas no calendário escolar do município para encontros pedagógicos, poderiam ser utilizados esses espaços para a definição da Matriz de Referência.

Após a definição da Matriz de Referência deverão ser construídas avaliações diagnósticas. Para tanto poderá ser utilizado banco de questões com apoio da instituição especializada em avaliação educacional. Ressaltamos a importância que esta instituição poderá ter para proporcionar uma série de

conhecimentos e recursos que a SECT possivelmente levaria muito tempo para adquirir com seu atual quadro de profissionais.

Após definidas as avaliações, estas devem ser aplicadas no início do primeiro e terceiro bimestres dos anos escolares avaliados. Assim, no início e no meio do ano letivo todos os alunos do 1º ao 5º anos fariam as avaliações diagnósticas contemplando as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Essas avaliações deverão ser aplicadas pelos professores regentes das turmas avaliadas.

A correção das avaliações para o 1º, 2º e 3º anos poderá ser feita pelo professor regente. Conforme já ocorre com a aplicação da Provinha Brasil²¹. Nestes anos escolares os alunos não preenchem o cartão resposta da prova. Fica a cargo dos professores passarem os resultados dos cadernos de prova para uma tabela e esta é enviada pela escola à SECT que fará, com apoio da agência especializada em avaliação, a interpretação pedagógica dos resultados e encaminhará para as escolas os boletins pedagógicos com os resultados por aluno, turma e ano avaliado.

Os resultados das avaliações deverão auxiliar os professores e equipes técnico-pedagógicas das escolas a definir ou readequar os planejamentos com base nas habilidades e competências que os alunos já desenvolveram.

Além das avaliações bimestrais, aplicadas pelos professores das turmas envolvidas no programa, sugerimos a aplicação de uma avaliação externa anual. Esta avaliação será aplicada durante o último bimestre escolar, através da agência contratada pela SECT e seus resultados servirão para avaliar e orientar a política educacional do município. Os resultados da avaliação externa servem mais para o monitoramento da situação educacional das escolas do município do que para fins de reorientação da prática docente.

A partir dos resultados das avaliações – diagnósticas e externa – sugerimos a divulgação dos resultados do programa, em boletins informativos em meio físico (cartilhas, livretos, panfletos ou outros) e meio eletrônico (arquivos em formato pdf, através da internet). Sabendo que já existe uma rede de tecnologia da informação instalada e funcionando, a ideia é poder utilizar

²¹ É uma avaliação diagnóstica elaborada pelo INEP/MEC para verificar o nível de alfabetização dos alunos matriculados no 2º ano do ensino fundamental. Informações mais detalhadas podem ser consultadas através do site do INEP/MEC no endereço eletrônico: <http://provinhabrasil.inep.gov.br/provinha-brasil>.

os recursos já existentes. Com relação aos materiais impressos, cumpre informar que a Secretaria de Educação, já conta com equipamentos de mecanografia.

Cabe ressaltar que as escolas receberão os resultados da avaliação – por meio físico e eletrônico. Quanto à interpretação dos resultados pelas escolas, sugerimos que seja incluído nas formações em serviço cursos de capacitação que visem à correta interpretação dos resultados do programa e a apropriação desses resultados para reorientar as práticas em sala de aula. Assim, será possível para os gestores e professores terem maior clareza das dificuldades dos alunos, podendo corrigir os rumos das propostas pedagógicas da escola e das turmas com objetivo de melhorar a qualidade da educação.

Outra ação que deverá ser criada, e que já existe no Avalia BH, é a definição de profissionais formados pela SECT para acompanhar as escolas que apresentam resultados pouco satisfatórios – com número expressivo de alunos com resultados abaixo do esperado para o ano escolar em que estão matriculados. Esses profissionais de certa forma já existem na estrutura da SECT e são chamados de Professores Implementadores. Caberia utilizar a estrutura já existente e capacitar esses profissionais para acompanharem as escolas a partir dos resultados do SAEMAR.

Sobre os custos envolvidos no processo de implementação de um programa de avaliação educacional, vamos usar como referência os valores envolvidos no programa Avalia BH. Segundo dados do documento Orçamento Programa 2012²², da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação e da Secretaria Municipal de Orçamento da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, os gastos públicos previstos no orçamento para 2012 com o programa de número 207 intitulado “Melhoria da Qualidade da Educação Municipal”, item 2706 – Melhoria da Aprendizagem e Avaliação de Desempenho Escolar teve um custo estimado em R\$ 4.642.026,00.

Cumpre lembrar a grande diferença entre os dados relativos à população escolar nos dois municípios. As matrículas nos anos iniciais do ensino

²² Disponível no site da Prefeitura de Belo Horizonte:

http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=contaspublicas&tax=11734&lang=pt_BR&pg=6420&taxp=0&

fundamental em Angra dos Reis e Belo Horizonte, são respectivamente: 14.872 e 164.700. Segundo dados da Revista Avalia BH²³, edição de 2012, em 2011, foram avaliados 91.114 alunos matriculados entre o 3º e 9º anos do ensino fundamental. Assim, a quantidade de alunos, turmas e escolas representa uma amostra consideravelmente menor do que a avaliada pelo Avalia BH. Apesar de não termos como precisar qual o valor global do programa, acreditamos que não seria superior aos custos do programa Avalia BH.

É importante considerar que para o município de Angra dos Reis adotar um programa de avaliação com o desenho sugerido pelo SAEMAR, se faz necessário definir no orçamento destinado à Educação a previsão de gasto necessário para sua execução. Cabe ressaltar que existem dispositivos legais que possibilitam aplicar recursos públicos destinados à educação no processo de aprimoramento da qualidade do ensino.

Podemos citar a lei nº 9.394 de 20 de dezembro 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no artigo 3, inciso IX dispõe, “*Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: IX - garantia de padrão de qualidade*”. Acreditamos que uma das formas de garantir qualidade na educação é através da verificação dos indicadores de desempenho. Entendendo que através de avaliações diagnósticas e contínuas, pautadas em padrões ou matrizes de referência, o poder público terá condições de intervir no processo com objetivo de garantir que todos tenham acesso a padrões de qualidade.

Ainda sobre a lei 9.394, podemos citar o artigo 70, que versa sobre o financiamento da educação.

Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino; (BRASIL, 1996)

²³ O endereço eletrônico da revista consta nas Referências.

Quanto ao recurso financeiro necessário para aplicação do SAEMAR, podemos verificar que dentro do orçamento da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, existem programas destinados ao apoio e desenvolvimento do ensino fundamental. Segundo demonstrativo do Plano Plurianual, publicado no Boletim Oficial nº 352, de 30 de dezembro de 2011²⁴, consta previsão orçamentária para 2011, 2012 e 2013, de R\$ 69.770.000,00 destinados às ações do Programa de Apoio e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, que tem por objetivo: “*Implementar ações que assegurem a igualdade de condições, acesso, permanência e êxito a todos os alunos do ensino fundamental no município*” (B.O. nº 352, 30/12/2011, p.39 e 40). Aparece ainda como justificativa do programa, “*manter o acesso e a qualidade do ensino*” (B.O. nº 352, 30/12/2011, p.39 e 40).

Compreendendo que a proposição do SAEMAR está de acordo com a legislação vigente e que existem recursos financeiros que suportem sua aplicação, acreditamos que é possível definir na Lei Orçamentária uma rubrica para as despesas com a implementação da política de avaliação educacional sugerida por este trabalho.

Quanto aos questionários contextuais, já vêm sendo aplicados no Brasil, principalmente nas avaliações do SAEB e Prova Brasil. Esses questionários são utilizados para a construção de um quadro mais preciso sobre diversas questões que podem influenciar na aprendizagem dos alunos. Por exemplo: questões voltadas à organização do ensino escolar, hábitos de estudo de alunos e seus familiares, clima escolar, percepção da realidade escolar através de questões voltadas aos professores, diretores, alunos e familiares entre outros.

De acordo com estudos para a construção dos questionários contextuais do Saeb, o autor FRANCO *et al.* (2003) além de fazer uma revisão na literatura nacional e internacional sobre o tema, indica a importância desse instrumento quando afirma com base nos estudos de Raudenbush, Randall, Cheong (1998) que,

Em estudos de avaliação da educação, os questionários contextuais desempenham o papel de oferecer fatores

²⁴ O endereço eletrônico consta nas Referências.

explicativos para a modelagem da proficiência dos alunos, medida pelos instrumentos cognitivos. Alguns autores têm enfatizado a relevância de um papel complementar para os questionários contextuais: a produção de indicadores de qualidade das condições de escolarização e a modelagem de como esses indicadores se distribuem entre alunos de origem sociodemográfica distinta. (FRANCO *et al.*, 2003, p.42 e 43)

A citação acima nos remete a importante contribuição que os questionários contextuais podem trazer para a melhor compreensão dos resultados das avaliações. Ressaltamos o caráter de complementariedade que os questionários podem atribuir aos resultados cognitivos dos alunos, ou seja, cruzando os dados dos questionários com os resultados dos alunos podemos inferir sobre os fatores que podem ser preponderantes para a aprendizagem ou sobre fatores que podem interferir ou prejudicar o desempenho dos alunos.

Da mesma forma que ocorre com o programa Avalia BH e com o SAEB e Prova Brasil, indicamos a necessidade de construção de questionários contextuais que abordem os diversos atores que compõem a comunidade escolar. Para o SAEMAR indicamos a necessidade de aplicação dos questionários para: alunos, professores, diretores, equipe técnico-pedagógica e familiares dos alunos. Acreditamos que esses últimos são mais difíceis de serem “avaliados” tendo em vista a eventual dificuldade em encaminhar e receber de volta os questionários preenchidos. Porém, tendo em vista a baixa idade das crianças envolvidas no programa (alunos do 1º ao 5º ano) seria importante a participação da família principalmente para responder questões relativas às condições sociais e econômicas.

É importante destacar que cada ator envolvido no processo terá um modelo de questionário específico. Isso não quer dizer que as questões presentes nos questionários serão totalmente distintas. Os construtos a serem analisados em cada questionário podem ser definidos pelos organizadores do programa, preferencialmente assessorados por profissionais de organizações em pesquisa educacional com conhecimento técnico e experiência na organização, aplicação e tratamento de dados em avaliações de larga escala. Mais uma vez fazemos a necessária referência à complexidade envolvida no processo de construção de programas de avaliação em larga escala. Esta

advertência se faz necessária tendo em vista o atual programa de avaliação Prova Angra – que demonstra certo amadorismo na sua execução.

Sobre os recursos financeiros necessários para a construção e aplicação dos questionários contextuais, faremos, mais uma vez, referência aos valores praticados pelo programa Avalia BH. Entendemos que o processo de construção, aplicação e tratamento da informação dos questionários já estão incluídos no valor global do programa – entendendo que o Avalia BH também conta com a aplicação dos questionários contextuais e que este faz parte do programa.

Quanto ao tratamento dado à informação obtida através dos questionários, entendemos que a partir da base de dados formada pelas avaliações e pelos questionários, caberá aos gestores do órgão central com apoio da organização que deverá assessorar o programa – definir as muitas possibilidades de tratamento e usos dos dados coletados para subsidiar políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação.

Por último apresentaremos um quadro de ações do SAEMAR que possibilita identificar cada ação proposta com sua justificativa, forma de implementação e custos.

Quadro 4 – Ações do SAEMAR

Ação	Justificativa	Como	Onde	Quando	Custo
Definir Matriz de Referência para avaliações diagnósticas e externa.	Sem uma Matriz de Referência não há clareza sobre o que se está avaliando.	Através de encontros com professores e equipes pedagógicas das escolas e SECT	Nos espaços de formação já previstos no calendário da SECT – podendo ocorrer na SECT ou nas escolas municipais.	Na primeira fase do programa – antes da aplicação das avaliações	Sem custo adicional, pois já é previsto pela SECT encontros para fins pedagógicos.
Contratação de instituição especializada em avaliação educacional em larga escala.	Auxiliar em todo processo de formulação, implementação e avaliação do programa.	A partir de licitação definida e publicada no Boletim Oficial do Município.	Boletim Oficial do Município.	No início do programa.	A ser definido a partir da licitação.
Definição e produção das avaliações diagnósticas.	Essas avaliações serão aplicadas em todas as	Com a participação de profissionais da SECT e	SECT e instituição especializada em avaliação educacional	No início do programa.	A ser definido a partir da licitação.

	turmas dos anos escolares a serem avaliados.	técnicos da instituição especializada em avaliações educacionais.			
Aplicação das avaliações diagnósticas	Será a base para o diagnóstico dos níveis de aprendizagem dos alunos.	Os professores regentes das turmas avaliadas aplicarão as provas.	Nas escolas municipais.	No início do primeiro e terceiro bimestres letivos (fevereiro e agosto)	A ser definido a partir da licitação.
Correção e divulgação dos resultados.	A partir dos resultados os professores e gestores escolares poderão reorientar suas práticas	Através da instituição especializada e avaliações educacionais.	Instituição especializada e avaliações educacionais.	Após aplicação das avaliações.	A ser definido a partir da licitação.
Formação de profissionais da SECT para acompanhar as escolas que apresentam resultados pouco satisfatórios.	Para melhor orientar as equipes de professores e gestores das escolas avaliadas.	Através de cursos com atuação da instituição especializada em avaliações educacionais.	A ser definido pela SECT em parceria com a instituição especializada em avaliações educacionais	No início do programa.	A ser definido a partir da licitação.
Aplicação, correção e divulgação das avaliações externas.	Monitoramento da situação educacional das escolas municipais.	Através da instituição especializada e avaliações educacionais.	Nas escolas municipais e instituição especializada em avaliação educacional	No último bimestre escolar (novembro ou dezembro)	A ser definido a partir da licitação.
Aplicação, processamento e divulgação dos questionários contextuais.	Monitoramento da situação educacional das escolas municipais.	Através da instituição especializada e avaliações educacionais.	Nas escolas municipais e instituição especializada em avaliação educacional	No último bimestre escolar (novembro ou dezembro)	A ser definido a partir da licitação.

Fonte: Elaboração do autor.

3.3 – Considerações finais

No decorrer deste trabalho apresentamos as dificuldades ou fragilidades do atual programa de avaliação educacional do município de Angra dos Reis – Prova Angra. Através das pesquisas de campo evidenciamos que o Prova Angra não consegue obter êxito em sua proposta ou objetivos delineados. As pesquisas demonstraram que o desenho, a implementação e o monitoramento

do Prova Angra, apresentam falhas que comprometem o alcance de seus objetivos. Assim, apresentamos uma nova proposta, em substituição ao atual programa, que denominamos de Sistema de Avaliação Educacional do município de Angra dos Reis – SAEMAR.

Conforme apresentamos no decorrer deste capítulo, o SAEMAR poderá suprir as fragilidades do Prova Angra e incorporar na agenda de políticas públicas para educação o compromisso com a constante avaliação da qualidade do ensino público oferecido. Proporcionando para os gestores da educação informações valiosas sobre as escolas e sobre a aprendizagem dos alunos.

A relevância deste Plano de Ação Educacional está na possibilidade do município ter um “mapa” das dificuldades e necessidades educacionais dos seus estudantes, por escolas, turmas ou até de cada estudante individualmente. Isso propiciará que o município crie políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação – na medida em que terá como parâmetro o resultado das avaliações.

A possibilidade de acompanhar o desenvolvimento de cada aluno matriculado nas escolas municipais pode ser crucial para a criação de políticas públicas que visem à qualidade do ensino para todos os alunos, na medida em que todos serão acompanhados no decorrer dos anos iniciais do ensino fundamental.

Reiteramos que o SAEMAR será capaz de superar as fragilidades do programa anterior representando um avanço na política de avaliação da educação pública no município.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Fátima. **Políticas Educacionais e Desempenho Escolar nas capitais brasileiras**. Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 134, p. 413-440, maio/ago. 2008. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0838134.pdf>
- BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: Outubro de 2012.
- BRASIL. PORTARIA Nº 931, DE 21 DE MARÇO DE 2005. Diário Oficial da União. Edição eletrônica, número 55, de 22 de março de 2005, p. 17. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em abril de 2012.
- BONAMINO, Alicia; FRANCO, Creso. **Avaliação e Política Educacional: O processo de institucionalização do SAEB**. Cadernos de Pesquisa, nº 108, p.101-132, novembro/1999. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/cp/n108/a05n108.pdf>
- BROOKE, Nigel. **O Futuro das Políticas de Responsabilização no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 128, p. 377-401, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n128/v36n128a06.pdf>
- BROOKE, Nigel; CUNHA, Maria A. A. **A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados**. Estudos & Pesquisas Educacionais – Fundação Victor Civita, v. 2, p. 3-64; 2011.
- CORSETTI, Berenice; GARCIA, Elisete E B. **Uma análise da produção desenvolvida nos programas de pós-graduação strito-sensu relativa ao Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2007, Rio Grande do Sul. Anais eletrônicos. Disponível em:
http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/50.pdf. Acesso em: julho de 2012.
- COSTA RIBEIRO, Sérgio. **A Pedagogia da repetência**. Estudos Avançados. Volume 5, n. 12, USP. Rio de Janeiro, Maio/Agosto, 1991.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=rj>. Acesso em Outubro de 2012.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em outubro de 2012.

FONSECA, Marília. **Políticas Públicas para a qualidade da Educação Brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social.** Cadernos CEDES. 2009, vol. 29, n.78, pp. 153-177. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a02.pdf>. Acesso em: Agosto de 2012.

FRANCO, Creso; ALVES, Fátima e BONAMINO, Alicia. **Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites.** Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 989-1014, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1728100.pdf>

FRANCO, Creso et al. **O referencial teórico na construção dos questionários contextuais do Saeb 2001.** Revista Estudos em Avaliação Educacional. 2003, n.28, pp. 39-74. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/eae/n28/n28a03.pdf>. Acesso em: Outubro de 2012.

FUNDAÇÃO VITOR CIVITA. **A Avaliação Externa como instrumento da Gestão Educacional nos Estados.** Relatório Final. 2011. 201p. Disponível em: <http://www.fvc.org.br/pdf/relatorio-avaliacoes-externas.pdf>. Acesso em Agosto de 2012.

GAJARDO, Marcela. **Reformas Educativas na América Latina. Balanço de uma década.** PREAL, julho/2000. Disponível em: http://www.oei.es/reformaseducativas/reformas_educativas_AL_balance_gajardo_portugues.pdf. Acesso em julho de 2012.

GAMA, Zacarias Jaegger; COSTA, Marly de Abreu. **Avaliação do Ensino Fundamental do Município de Angra dos Reis: Pistas para a Condução de um Sistema Complexo.** Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación. Vol 5, N. 2e, pp. 254-261. 2007. Disponível em: http://www.rinace.net/arts/vol5num2e/art17_htm.htm. Acesso em: Janeiro de 2013.

GATTI, Bernardete A. **Avaliação de Sistemas Educacionais no Brasil.** Revista de Ciências da Educação. N. 9. Maio/Agosto de 2009. Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/Revista%209%20PT%20d1.pdf>. Acesso em: Fevereiro de 2013.

GOVERNO MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS. **Boletim Oficial nº 352 publicado em 30 de dezembro de 2011.** Disponível em: <http://www.angra.rj.gov.br/downloads/bo/BO352-cadernoll-%20PPA%20-%20em%2030-12-2011.pdf>. Acesso em: Outubro de 2012.

GOVERNO MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS. **Documento Referência – I Congresso Municipal de Avaliação. Tema: Avaliação de Diálogos a Caminhos.** 2010.

GOVERNO MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS. **Informativo – Gestão de Qualidade Escola Viva! Plano de Metas e Ações 2011-2012.** 2011.

GOVERNO MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS. **Planejamento Curricular da Rede Municipal de Ensino de Angra dos Reis – Educação Infantil e Ensino Fundamental Diurno**. 2008.

GOVERNO MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Revista Avalia-BH Rede Municipal de Educação**. 2012. Disponível em: <http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/noticias/2012/06/revista-avalia-bh-2012>. Acesso em: Outubro de 2012.

LEE, Valerie E. **Dados longitudinais em educação: um componente essencial da abordagem de valor agregado no que se refere à avaliação de desempenho escolar**. Revista Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 21, n. 47, p. 531-542, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1607/1607.pdf>. Acesso em outubro de 2012.

MARQUES, Cláudio de A; RIBEIRO, Ana Paula de M; CIASCA, Maria Isabel F L. **Paic: o pioneirismo no processo de avaliação municipal com autonomia**. Revista Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 19, n. 41, p. 433-448, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1458/1458.pdf>. Acesso em fevereiro de 2013.

MEC/INEP. **SAEB/Prova Brasil 2011 - primeiros resultados**. Sinopse. 2012. 13p. Disponível em: <http://provabrasil.inep.gov.br/resultados>. Acesso em: Agosto de 2012.

NETO, João L H. **Um olhar retrospectivo sobre a avaliação externa no Brasil: das primeiras medições em educação até o SAEB de 2005**. Revista Iberoamericana de Educación, nº 42/5, 25 abril de 2007, p. 1-14. Disponível em: <http://www.rieoei.org/deloslectores/1533Horta.pdf>. Acesso em: Agosto de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **AVALIA BH**. Disponível em: <http://www.avaliabh.caedufjf.net/> Acesso em março de 2012.

SANTOS, Luiz A F. **Angra dos Reis transformações sócio-econômicas e mudanças demográficas**. Anais do V Encontro Nacional sobre Migração. ABEP, 2007. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/public_ang_rei_tra.pdf. Acesso em janeiro de 2012.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Governo Estadual do Ceará. **Programa Alfabetização na Idade Certa**. Disponível em: <http://www.paic.seduc.ce.gov.br/index.php/o-paic/eixos-do-programa/eixo-de-avaliacao-externa>. Acesso em: Fevereiro de 2013.

SILVA, Joyce M. A. de P; BRIS, Mário M. **Clima de Trabalho uma Proposta de Análise da Organização Escolar: revisão teórica**. Revista Educação: Teoria e Prática - vol. 10, nº 18, jan.-jun. de 2002, p. 24-30. Disponível em:

<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/1141/1047>. Acesso em: 10/01/2013.

SIMAVE. Disponível em:

<http://www.simave.caedufjf.net/simave/proalfa/home.faces>. Acesso em outubro de 2012.

SOUZA, Paulo A. V. **Os impactos dos grandes empreendimentos na estrutura demográfica de Angra dos Reis (RJ) 1940-2000**. Revista Geopaisagem (on line), Ano 2, nº 3, Janeiro/Junho de 2003. Disponível em <http://www.feth.ggf.br/Revista3.htm>. Acesso em: 10/01/2013.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Disponível em:

<http://www.todospelaeducacao.org.br>. Acesso em novembro de 2011.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien, 1990.

ANEXO 1

Pesquisa sobre os programas “Prova Angra” e “Avalia BH”.

Instrumento de coleta de dados

1. Como surgiu a ideia de criação do programa?
2. Quais sujeitos estavam diretamente envolvidos no processo de criação do programa? (Se possível fornecer nomes e funções)
3. Quais são os objetivos do programa?
4. O programa está alinhado a Matriz de Referência da Prova Brasil? Como se dá este alinhamento?
5. Quais grupos foram avaliados? Em quais anos? (Anos escolares do Ensino Fundamental)
6. Quantas escolas, professores e alunos participaram do programa em suas edições?
7. Os resultados da avaliação são divulgados para os diversos atores (alunos, professores e gestores) que participaram do processo? Como é feita a divulgação (boletins informativos, relatórios, outros)?
8. O programa conseguiu atingir seus objetivos? Em que sentido?
9. As escolas participantes do programa receberam orientações pedagógicas sobre a avaliação - seus objetivos, público alvo e outras?
10. Depois de gerados os indicadores educacionais provenientes do programa, foi criada alguma política ou programas de atuação para elevar os indicadores? Que políticas ou programas são esses?
11. Como a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia avalia o programa?

ANEXO 2

Pesquisa sobre o programa Prova Angra da Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia nas escolas municipais.

Instrumento de coleta de dados

1. A adesão ao programa Prova Angra foi voluntária ou determinada pela SECT?
2. Quais grupos foram avaliados? Em quais anos? (Anos escolares do Ensino Fundamental)
3. É gerado algum indicador (nota, conceito ou outro) que informe de forma clara sobre o desempenho dos alunos na avaliação?
4. Os resultados da avaliação compõem nota ou conceito para os alunos participantes? Como é o registro desse resultado?
5. Existe alguma formação voltada aos docentes e equipe pedagógica para explicar os objetivos do programa? Como é feita essa formação?
6. Os professores das turmas que participaram do programa receberam algum tipo de treinamento antes da prova? Como foi?
7. Os resultados da avaliação são divulgados para os diversos atores (alunos, professores, responsáveis dos alunos, funcionários da escola)? Como é feita a divulgação (boletins informativos, relatórios, outros)?
8. Após a divulgação dos resultados é previsto que a escola faça alguma ação? Qual? Existe suporte da SECT para que isso ocorra?
9. Ocorreu algum tipo de modificação pedagógica na escola em decorrência dos resultados da avaliação? Justifique.
10. Existe alguma avaliação da escola sobre a importância do programa?